

evangelização na américa latina

SUPLEMENTO - 21
CEI





Editorial.....	1
O que o Movimento Ecumênico espera de Puebla — Julio de Santa Ana	3
Puebla - Evangelização da América Latina: um desafio — J. B. Libânio.....	15
A Igreja da América Latina Comprometida com os Pobres — Ivone Gebara	28
Significado Teológico da III Assembléia — Equipe do CEDI	37
Entrevista: Bispo Metodista fala da III Assembléia — Com Paulo Ayres de Mattos.....	48
Documento: Subsídios para Puebla	61

CEI - SUPLEMENTO N.º 21 - JULHO, 78

Diretor-responsável: Domicio P. de Matos; *Redator:* Carlos A. C. da Cunha; *Conselho Redatorial:* Carlos R. Brandão, Elter D. Maciel, Jether P. Ramalho, José Sotero Caio, Marlene R. Campante, Rubem A. Alves.
Impressão: Princes Gráfica e Editora Ltda. — R. Teodoro da Silva, 574.

Distribuído aos assinantes do CEI.
Assinatura anual: Cr\$ 120,00 - Avulso: Cr\$ 15,00 - Cheque pagável em nome de:
Tempo e Presença Editora Ltda.
— Cx. Postal 16.082 — Zc-01 —
20.000 — Rio de Janeiro — RJ.
Registrado de acordo com a Lei de Imprensa.

EDITORIAL

A Terceira Conferência Episcopal Latino-americana reúne-se em outubro próximo, na cidade de Puebla, México. As tensões são fortes e há pressões de muitos lados. Pensa-se numa Igreja Católica questionada e desafiada: questionada pelos que a têm ameaçado e perseguido, e desafiada por causa de alguns passos gigantes que tem caminhado desde o Vaticano II e, especialmente, desde Medellin, há dez anos. Pensa-se e crê-se que é o momento de parar um pouco ou de uma revisão dos últimos atos. Espera-se — há quem espere — até um recuo.

Outros, pelo contrário, acreditamos que, na segurança dos passos já caminhados, será irreversível sua marcha. Revisão apenas para aprender dos eventuais insucessos, seditamentar-se melhor e prosseguir na caminhada.

De um lado: "Não era bem isso que nós queríamos." Do outro: "É mais de que isso; estamos apenas começando." Os opressores querem-na apenas devota e piedosa. Os oprimidos e sem-voz desejam-na como sua voz, sua palavra, ressonância de seus gemidos.

Repete-se e vai repetir-se mil vezes ainda o dilema de Pedro: "Não conheço este homem!" ou: "Conheço este homem!"

Embora seja uma assembléia de bispos católicos romanos, é, muito mais, uma grande assembléia de cristãos latino-americanos que se voltam — ansiosos e expectantes — para a cidade de Puebla, o grito amarrado na garganta, o grito de tantos gritos afogados nestes últimos anos de angústia dos não-livres, dos injustiçados. Por isso não é uma igreja que se reúne, é a Igreja toda, Católica no seu sentido mais amplo, a mesma Igreja que estará em Oaxtepec (México, setembro), na Assembléia de Igrejas Evangélicas Latino-americanas, promovida pela Conselho Mundial.

Nós do CEI — o silêncio não é o nosso forte — decidimos recolher posições e reflexões que servissem a outros e mesmo aos Senhores Bispos que irão ao México. Somos vozes de vários cantos-igreja:

- do movimento ecumênico com sede em Genebra (Júlio de Santa Ana), apresentando as expectativas do ecumenismo;
- de um sacerdote (J. B. Libânio, Centro João XXIII, Rio) que situa muito bem a “re-presentatividade” dos Bispos numa conferência;
- de uma freira (Ivone Gebara, ITER, Recife) sobre os pobres que precisam ter em Puebla uma igreja-voz que os represente;
- de nosso próprio Centro Ecumênico, respondendo a um apelo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- de um Bispo metodista (Paulo Ayres de Mattos, Primeira Região), indicado por sua Igreja como observador à Conferência de Puebla

Por fim, para o conhecimento de nossos leitores, resolvemos anexar o documento “Subsídios para Puebla” produzido pelos bispos católicos brasileiros em Itaici (abril).

Este Suplemento-21 põe-nos em sintonia com tantos corações voltados para o México (setembro/outubro) e faz-nos repetir, num silêncio-grito, a milenar oração: “Venha o teu Reino!”

O que

o Movimento Ecumênico

espera de Puebla

Julio de Santa Ana

Nenhum observador mais ou menos informado pode deixar de perceber a importância da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano a realizar-se em Puebla, México, durante o próximo mês de outubro. A América Latina é a região do planeta onde existe a maior concentração de fiéis católicos e ali as diferentes Conferências Episcopais demonstram uma vitalidade surpreendente e uma criatividade contínua que as coloca em lugar de destaque no contexto da Igreja Universal. Uma reunião deste tipo marca necessariamente um hiato importante na caminhada da Igreja Cristã (e não só da Igreja Católica) em nosso tempo. Com efeito, nela podem ser definidas as linhas de reflexão teológica, de ação pastoral e de perspectivas sobre assuntos que caracterizam a evolução histórica dos povos latino-americanos, que não só influirão sobre a vida das Igrejas na América Latina como também de outras partes do mundo. Leve-se em consideração, neste sentido, a influência que teve a II Conferência Geral do Episcopado realizada em Medellín, Colômbia, em setembro de 1968 sobre a própria Igreja Católica Romana e também sobre as outras Igrejas Cristãs. Sua ênfase no Evangelho como um poder libertador e sua compreensão da missão da Igreja como uma prática de libertação têm sido elementos que gravitaram de maneira clara sobre a evolução da vida eclesial e a

reflexão teológica no decorrer dos últimos dez anos. Existem razões, portanto, para esperar que aconteça algo mais ou menos semelhante com a Conferência a realizar-se em Puebla.

Sem dúvida, o movimento ecumênico tem um grande interesse no processo que se desenvolve ao redor desta reunião. Mesmo que o C.M.I. não conte entre seus membros a Igreja Católica Romana não se deve esquecer que há Conferências Episcopais da mesma que compõem organizações ecumênicas regionais (por exemplo a Conferências de Igrejas no Caribe) ou nacionais (vários concílios nacionais). Há indícios de que se têm iniciado processos que poderão conduzir a que algumas Conferências Episcopais Católicas de países latino-americanos vejam a possibilidade de passos semelhantes em seus respectivos países, enriquecendo assim o testemunho de unidade que a Igreja está oferecendo em nosso século. Isto já bastaria para justificar o interesse do movimento ecumênico na Conferência de Puebla; no entanto, existem outras razões para tal. Em primeiro lugar a natureza de seu tema: "*A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*", que está intimamente relacionado com uma preocupação constante do movimento ecumênico ao longo de sua história. Embora o tema esteja limitado à região latino-americana não pode deixar de levar em consideração aspectos que têm a ver com a vida e a tarefa da Igreja em todo lugar. Dado que esta leve a cabo sua missão em situações concretas, aquilo que os Bispos latino-americanos indicarem para as comunidades cristãs desta região será tomado em consideração pelos outros corpos eclesiásticos e também pelas Igrejas em outras partes do mundo, sejam elas católicas ou não, tal como aconteceu com os resultados da Conferência de Medellín. Em segundo lugar, porque no lapso transcorrido de 1968 até hoje o testemunho de unidade da Igreja chegou a tornar-se muito claro na América Latina. Por um lado, no nível das paróquias, congregações locais e Comunidades Eclesiais de Base a unidade no serviço, no testemunho de Cristo àqueles que sofrem injustiças, dor e opressão nunca foi tão evidente como agora. O panorama de intolerância que se podia observar entre as Igrejas há pouco mais de 15 anos foi dando lugar pouco a pouco a um processo de diálogo e de unidade no exercício do amor ao próximo que o movimento ecumênico considera como uma dádiva do Espírito Santo. Além disso essa unidade a nível de base se viu refletida na colaboração cada vez maior que se foi concretizando desde Medellín entre os organismos dirigentes das diferentes Igrejas na defesa dos direitos humanos, nos programas e projetos para o desenvolvimento, em diálogos ao redor de problemas doutrinários tais como o ministério e o batismo, etc. Cabe indicar ainda que neste

contexto teve lugar uma relação crescente entre alguns setores do episcopado católico latino-americano e o C.M.I. o que ratifica este crescente testemunho ecumênico que se tem dado na América Latina nos últimos dez anos. Tudo isto, a nosso entender, faz com que a reflexão que os Bispos católico-romanos realizarão em Puebla tenha uma incidência clara e importante sobre a vida de todas as Igrejas e não só da Igreja Católica, que repercutirá de várias maneiras sobre a marcha do movimento ecumênico e na qualidade de seu testemunho de unidade.

O movimento ecumênico tem sido inspirado nos últimos tempos pela consagração, pela lucidez, pela fidelidade ao Evangelho e pela coragem demonstradas por alguns setores do episcopado latino-americano. O C.M.I., neste contexto, tem prestado seu apoio decidido à obra que alguns Bispos desenvolvem. O reconhecimento desta unidade (inexistente há uma década) deve resultar necessariamente numa maior eficácia no cumprimento da missão que Cristo deu a seus fiéis. Assim como no *Documento de consulta às Conferências Episcopais* (1) se assinala no contexto latino-americano a existência de muitas denominações não-católicas que “sem ser maioria, evidenciam, por suas discussões, a imagem de uma Igreja chamada a dar um testemunho de amor e unidade”, acreditamos que também será oportuno que se indiquem aquelas situações nas quais, pela graça de Deus, tem-se chegado a derrubar as barreiras que nos separavam, dando as diferentes comunidades e confissões cristãs um testemunho de fidelidade a Jesus Cristo em termos de unidade. A realidade do movimento ecumênico não se justifica por vivermos em sociedades tolerantes e pluralistas, mas tem suas raízes em nossa fé num só Senhor, na fidelidade ao movimento do Espírito Santo e na consagração à missão da Igreja que todos recebemos por igual. Naquelas situações em que a imagem de Deus no homem é desconhecida, seja pela ação de poderes injustos ou como consequência da existência de estruturas iníquas, o testemunho de unidade oferecido pelas Igrejas ajuda na promoção humana e isto está bem. Entretanto, não é essa a meta: o verdadeiro propósito da ação ecumênica é “ser um para que o mundo creia” (Jo 17.21) segundo os termos da oração de Jesus na véspera de seu calvário. O que nos deve preocupar é que o escândalo de nossas divisões não des-

(1) III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano: *“La Evangelización en el Presente y el Futuro de América Latina*. Documento de Consulta a las Conferencias Episcopales. Ed. Consejo Episcopal Latinoamericano — CELAM (sem data): págs. 1.076 — 1.079.

figure a identidade do Senhor do qual estamos dando testemunho. Consciente disto o movimento ecumênico aspira aprender dos Bispos, que se reunirão em Puebla, como eles refletirão em seu pensamento e orientação pastoral, as indicações que o Espírito Santo está insuflando ao povo nestes últimos dez anos (tão dolorosos e ricos, por tantas razões!) da história da América Latina. Porém ao mesmo tempo em que aspira aprender deles, o movimento ecumênico também espera que suas reflexões e orientações ajudem a aprofundar e melhorar o testemunho de unidade tanto no nível da tarefa evangélica a ser realizada como também no da reflexão teológica.

1. O Primeiro Passo: Reconhecimento do Caminho Percorrido

Numa Conferência dada pelo Cardeal Willebrands, presidente do Secretariado para a Promoção da Unidade entre os Cristãos, da Igreja Católica Romana, por ocasião do décimo aniversário da Fundação Pró-Oriente, em Viena, no início de fevereiro de 1975, destacam-se vários elementos que constituem, segundo o critério da Igreja Católica, aspectos da unidade da Igreja. (2) Entre eles está a constatação da existência de uma comunhão espiritual expressa numa comunidade que é ao mesmo tempo o contexto desta comunhão, desta *koinonia*. Trata-se de uma comunhão que chega a ser visível na medida em que ela é uma comunhão eclesial, dada em cada lugar concreto onde os fiéis a Jesus Cristo dão um testemunho de unidade. Segundo o pensamento do Cardeal Willebrands são os Bispos que, na qualidade de testemunhas de sua Igreja e da fé apostólica, autenticam este testemunho ecumênico. Pelo fato dos Bispos participarem do diálogo que toma forma entre eles, vai-se formulando esta comunidade eclesial através daquilo que a tradição oriental denomina “a conciliaridade da Igreja”. Para Monsenhor Willebrands esta conciliaridade pertence à “ordem sacramental”, ou seja, é um sinal da unidade da Igreja que se manifesta no nível de cada diocese, de cada congregação local, de cada comunidade onde os fiéis — apesar de suas diferenças confessionais — proclamam unidos o amor de Cristo e o seu Senhorio. É neste sentido que o atual Cardeal de Utrech repete em seu texto as palavras da mensagem escrita que Paulo VI dirigiu ao patriarca Atenágoras em julho de 1967: “O mistério

(2) Cardenal John Willebrands: *The Future of Ecumenism*, em *One in Christ*, Vol. XI, N.º 4, pg. 310 — 323; 1975. Esta exposição do Card. Willebrands é considerada pelo Secretariado para a Unidade dos Cristãos como uma das explicitações mais claras da posição da Santa Sé sobre a questão ecumênica.

do amor divino opera em cada Igreja local; não é por acaso esta a tradicional e formosa razão pela qual as igrejas locais gostam de referir-se umas às outras como igrejas irmãs?... Agora, o Senhor nos capacitou para descobriremo-nos a nós mesmos como Igrejas irmãs, apesar dos obstáculos que se levantaram entre nós em outros tempos. Iluminados por Cristo, vemos agora como é urgente que superemos estes obstáculos para levar à sua plenitude e perfeição a rica comunhão que já existe entre nós.” (3) Disto se infere que é possível perceber a unidade da Igreja na medida em que se caminha para a sua expressão plena através da existência de uma comunidade conciliar, de uma comunidade (4) de Igrejas que se consultam e se apóiam entre si.

Sem chegar a dizer que é esta a situação que prevalece na América Latina, pois na verdade não é assim, é possível entretanto afirmar que existem sinais inequívocos de que muito se tem adiantado neste caminho no decorrer dos últimos dez anos. Com efeito a Conferência Episcopal do Brasil está em contato constante com outras Igrejas no que se refere a um testemunho de unidade em áreas de serviço e promoção humanas, e os órgãos dirigentes de outras Igrejas nesse país reconhecem de forma cada vez mais clara a importância do testemunho da Igreja Católica Romana através da ação e da palavra da Conferência dos Bispos (CNBB). Da mesma maneira o Episcopado do Chile tem estado em contínuo contato com outras Igrejas nesse país, nos últimos anos, dando um testemunho de unidade no terreno da defesa dos direitos humanos, da assistência aos pobres, da criação de estruturas que ajudem a manter, embora em forma mínima, a dignidade da vida humana num contexto de opressão e injustiça. Na Argentina há Bispos Católicos participando (em torno a uma tarefa comum segundo indicava Mons. Willebrands) no Movimento ecumênico pelos direitos humanos, partilhando um testemunho de unidade com outras Igrejas. Tudo isto revela de maneira indelével que se tem avançado no terreno da unidade. Igrejas que antes não tinham relação entre si e que muitas vezes chegavam a se enfrentar criando um escândalo em virtude de suas divisões, agora são *irmãs*, agem em comunidade através de um compromisso solidário que expressa um testemunho de fidelidade a Jesus Cristo.

(3) Ibid., pg. 322.

(4) Mons. Willebrands, no mesmo artigo assinala que o termo *comunidade* — *communio* em latim, que vem do adjetivo *communis*, *com-munis* — significa aqueles que compartilham uma mesma tarefa. Ibid., pg. 322.

Nestes casos o *locus oecumenicus* não está dado pela reflexão teológica em primeiro lugar, mas pela prática da Igreja, pela sua obediência comum à vontade de Deus em Jesus Cristo. Ou seja, é sempre a Palavra de Deus, sua Vontade revelada, que leva os homens e mulheres crentes à unidade. Não é que eles chegam à unidade a partir de uma reflexão que lhes permite ir superando barreiras, mas sim que primeiro são superados os obstáculos numa ação comum a qual nutre uma reflexão teológica que permite trazer à luz aspectos que até então não tinham sido discernidos nem descobertos. O movimento ecumênico é consciente de que este fato tem sido suficientemente experimentado na vida diária das Igrejas e das Comunidades cristãs da América Latina nos últimos anos e que, portanto, deveria ser reafirmado. Não se trata de algo novo e revolucionário mas simplesmente da ratificação desta visão da marcha da Igreja em direção a sua unidade plena, através de um processo comunitário de caráter conciliar, que tanto a Igreja Católica Romana como a fraternidade de Igrejas reunidas ao redor do Conselho Mundial de Igrejas compartilham. O reconhecimento, permitirão aprofundar o diálogo ao redor deste tema tão importante para a vida e a missão das Igrejas que é a Evangelização.

2. Unidade na Proclamação das Boas-novas

Adotando uma perspectiva oriunda de *Evangelii Nuntiandi*, o Documento de Consulta às conferências episcopais insiste na necessidade de evangelizar levando em consideração o contexto cultural em que se encontram os homens e mulheres que devem responder ao chamado do amor de Deus em Jesus Cristo. Chama-se a atenção sobre a íntima conexão entre Evangelho e Cultura e se recorda o que foi destacado por Paulo VI em *Evangelii Nuntiandi* sobre a necessidade de evangelizar o ser humano até suas mesmas raízes, o que significa evangelizar a cultura na qual ele se move e tem sua existência. (5) Os autores do texto da Consulta, entretanto, dão ênfase demais, ao nosso ver, ao cultural, sem perceber que a grande contribuição de Paulo VI sobre isto consiste exatamente em indicar que o ser humano não pode ser desenraizado de sua cultura, e que a evangelização não pode desconhecê-la. Indicar então, que se tem de evangelizar a cultura significa que a evangelização deve chegar até às raízes mesmas do ser. Entretanto,

quando se dá muita ênfase à necessidade de “evangelizar a cultura”, fica-se com a impressão de que, entre as coisas que se postulam como possíveis para se chegar a concretizar este objetivo, está a possibilidade de se criar uma “cultura cristã” (6), o que inevitavelmente leva a pensar em novas formas de Cristandade (novas em virtude de que as antigas já se tornaram obsoletas). Assim, embora concordemos com as críticas ao secularismo feitas nesse documento, achamos que se deve reconhecer que o processo histórico das últimas décadas na América Latina tem significado um avanço (gostemos disto ou não) do processo de secularização. É verdade que existem formas de religiosidade popular que indicam que este não se está realizando da mesma maneira que nas sociedades industrializadas mais desenvolvidas, mas não podemos fechar os olhos e desconhecer que as sociedades latino-americanas atuais são muito mais secularizadas (no sentido de que os critérios de autoridade tradicionais já não têm a mesma vigência que há quarenta ou cinquenta anos) que as de nossos pais e avós. Tradicionais já não têm a mesma vigência que há 40 ou 50 anos) que as de nossos pais e avós. Evangelizar a cultura que existe atualmente na América Latina não significa criar uma “cultura cristã”, mas redimir o que-fazer do povo latino-americano para que não esteja dominado pela violência, pela opressão, pela injustiça, pela pobreza e até pela miséria, ou seja, pelo pecado humano. Evangelizar a cultura não significa reatualizar “tradições (mais ou menos) cristãs”, nem criar outras novas (ou reproduzir algumas que pretenderam sê-lo mas que agora se revelam ultrapassadas, como por exemplo o pensamento social-cristão), mas fazer com que, através do que os povos latino-americanos realizam se possa manifestar livre a Palavra de Deus e livre o Espírito Santo. Resumindo nosso ponto de vista diríamos que evangelizar a cultura latino-americana não significa cristianizar superestruturas mas apelar a homens e mulheres dos povos da América Latina para que respondam livremente ao chamado do amor de Deus em Cristo, para que cresçam até chegar a ter a estatura de Jesus Cristo, até chegar a sua maturidade e desenvolvimento (Ef 4. 13). Isto exige assumir, certamente, — e nisto concordamos com os autores do Documento de Consulta — as formas culturais dos povos latino-americanos. Tal como foi indicado na Assembléia da Comissão de Missão Mundial e Evangelização do C.M.I. em Bangkok, janeiro de 1973, a Igreja não pode realizar sua missão em situações concretas a menos que se encarne nas mesmas, o que significa fazer suas as culturas dos povos

(6) Cf. pg. 218 do Documento de Consulta às Conferências Episcopais.

que protagonizam essas situações. Isto não significa perder-se nessas culturas, mas encarnar-se nelas, porque sem encarnação não pode haver Cruz nem Ressurreição. Encarnar-se numa cultura significa assumir suas contradições, as injustiças que a condicionam e as alegrias que a fazem atrativa. A Igreja deve fazer isto para poder apresentar o amor de Deus aos seres humanos, mas não para criar uma "cultura cristã". Uma cultura que pretenda ser "cristã" não assegura que os povos que a praticam conheçam a nova vida em Cristo, a menos que a prática desses povos assegure que a justiça, a comunidade, a paz, a esperança, que têm suas raízes em Cristo, prevaleçam em seu seio. Poi bem, todos sabemos que na América Latina de hoje não prevalecem nem a justiça, nem a convivialidade, nem há paz e que a esperança está muitas vezes afogada. Neste contexto, evangelizar significa apelar ao coração e à mente dos seres humanos para que pouco a pouco abram um espaço que possibilite a existência e a prática destes componentes de uma vida "evangélica" (ou seja que anuncie as "Boas Novas"), cristã. A Conferência de Medellín aludiu a isto através de seu chamado às Igrejas a uma prática da fé em termos de libertação. A "boa notícia" de Cristo significa que as aspirações mais profundas do coração humano, aquelas que muitas vezes nem sequer nos atrevemos a expressar, porque vão muito além das possibilidades que concedemos às nossas vidas, chegam a ser possíveis pela graça de Deus, através da ação de seu povo entre os homens. Isto é o que significa proclamar a "Boa Nova": dizer aos pobres que a justiça de que fala a Palavra de Deus (Jr 24; Sp 72; Mt 5.3; Lc 6.20; etc.) não é somente um vocábulo, mas que este tem substância através da ação da comunidade de crentes, da Igreja. Evangelizar significa dizer que o futuro dos homens não está marcado pela morte nem pela falta de liberdade que esta visão leva consigo, mas pela vida na graça, e conseqüentemente, *praticar a fé desta maneira*. Ou seja, a evangelização não é uma mensagem que vem de cima, desde uma perspectiva *sub specie aeternitatis*, mas o anúncio prazeroso de que Deus diz sim às aspirações mais profundas dos seres humanos e especialmente daqueles que sofrem mais penosamente as conseqüências da situação de pecado: os oprimidos, os pobres, os que não ousam sequer dizer quais são suas esperanças. No contexto latino-americano isto significa não só dizer mas *fazer coisas concretas* que expressam a boa nova de Jesus Cristo. Além do mais, estamos conscientes de que há setores das Igrejas que estão profundamente envolvidos neste tipo de ação e proclamação, pelo que estes conceitos que aqui expressamos não podem ser chamados de idealismo, pois eles corres-

pondem à vida de comunidades cristãs, de Igrejas que procuram ser fiéis à missão recebida de Jesus Cristo na América Latina.

Interessa-nos dar ênfase a este elemento vital, experiencial da Igreja que evangeliza. A prática das Igrejas no decorrer dos últimos anos tem ensinado que com o desenrolar dos acontecimentos vão se delineando novas fronteiras para a ação evangelizadora. Levando sempre em consideração essa relação indissolúvel do ser humano com a cultura, as Igrejas têm enfrentado na última década uma série de situações nas quais a Evangelização, a Proclamação da Boa Notícia de Deus, tem significado para elas assumir riscos, enfrentar perseguições, carregar a cruz. Isto vem acontecendo, por exemplo, através da solidariedade crescente que as Igrejas da América Latina têm demonstrado para com os setores mais submetidos à injustiça e que mais sofrem pela falta de liberdade imposta pelos sistemas dominantes. Por ter assumido a parte dos pobres e dos oprimidos, as Igrejas, inclusive os Bispos, têm sido deneigradas, blasfemadas e até clérigos e leigos têm sido assassinados. A autenticação da proclamação da mensagem através destas diferentes manifestações do Calvário assumido pela Igreja na América Latina, vem criando entre os homens e mulheres latino-americanos uma nova disposição para ouvir a mensagem cristã e despertando uma nova atitude de abertura em face do Evangelho. Tudo isto deve, portanto, ser levando em consideração quando se fala de Evangelização.

Há Igrejas que estiveram e estão unidas na defesa dos direitos humanos, entendidos não somente como os "direitos da pessoa" mas como os direitos dos povos e, especialmente, dos mais pobres: o direito à vida, o direito ao trabalho, à cultura, etc. Esta unidade vem apagando o escândalo que por tanto tempo criaram na América Latina muitas denominações que, ignorando o trabalho realizado pela Igreja Católica no passado, empreenderam contra ela cruzadas de diferentes tipos em função de seus esforços proselitistas. Perante este fato cabe dizer que nem sempre essas tentativas foram enfrentadas com suficiente altura e maturidade evangélicas: houve ocasiões nas quais o espírito de intolerância predominou sobre o amor que deve ser manifesto inclusive para aqueles que se equivocam. Felizmente perante necessidades concretas e problemas urgentes dos povos latino-americanos, as Igrejas começaram a aparecer unidas num ministério de consolação às vítimas da injustiça, chegando mesmo algumas vezes a ser a voz dos que não podem sequer gemer em suas dores.

Os povos da América Latina que conhecem seus problemas reconhecem nesta postura a “boa notícia”. Estes são os signos de libertação: “aos pobres lhes é pregado o Evangelho” (Lc 7.22). A unidade manifesta nesta ação/proclamação faz com que “o mundo creia”. Estes fatos deveriam ser explicitamente reconhecidos, não apenas em Puebla, mas também nas outras reuniões de Igrejas na América Latina. Pois eles falam da fidelidade a *um* só Senhor e do compromisso contraído por *um* só Batismo e do amor que se compartilha em torno de *uma* mesma Graça. O diálogo “compreensivo, respeitoso e leal” (7) entre os irmãos separados se produz a partir do compromisso concreto que surge como consequência da fidelidade com que expressam sua obediência a Jesus Cristo.

Isto supõe que é sempre o Senhor que nos conduz pelo caminho da unidade. Ele nos chama para lhe sermos fiéis através do serviço àqueles que são vítimas da injustiça e da violência imperantes na maior parte da América Latina. É Ele também quem nos leva a atuar juntos, apesar de nossas diferentes ênfase confessionais. A unidade então, não é imposta, mas resulta da obediência em liberdade a um Senhor comum. Por isso não pode mais haver lugar para o proselitismo e para a intolerância: a situação exige um testemunho comum baseado no amor a Jesus Cristo e manifesto de forma tangível no amor ao próximo através de ações concretas em situações sempre bem delimitadas.

3. Uma Reflexão Teológica Unitária

Este testemunho comum, que se foi desenvolvendo entre as Igrejas no decorrer dos últimos anos, foi dando lugar a uma elaboração teológica de signo evangélico, na qual os aspectos confessionais não são prioritários. E não podia ser de outra maneira quando se parte da ação e as perguntas que guiam o pensamento são aquelas que se levantam a partir da prática. Isto não quer dizer que as ênfases confessionais (tais como, por exemplo, a “doutrina social da Igreja” que o Documento de Consulta trata de destacar) não sejam tidas em consideração. Pelo contrário, na medida em que elas incidam sobre a vida das diferentes Igrejas é mister que se trabalhe com elas. Entretanto, as mesmas não podem ser absolutamente determinantes do pensamento teológico. Nas novas situações, o Espírito de Deus pode agir de maneira tal a ponto de provocar

novos contornos, novas tendências na compreensão da fé e de seu compromisso com o mundo. Neste caso, como a vida das Igrejas tem demonstrado nos últimos anos, a tarefa teológica tem que se desenvolver de forma indutiva, seguindo caminhos que, sem se afastarem da fidelidade à revelação de Deus em Jesus Cristo, procuram dar respostas novas a problemas novos.

Neste sentido o movimento ecumênico tem sido profundamente inspirado por este tipo de reflexão teológica que os Bispos católicos da América Latina começaram a desenvolver por ocasião da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, há dez anos. Seria até grotesco reduzir esta reflexão a meras palavras tais como "libertação", "justiça", "comunidades de base", "conscientização", etc. Estas palavras têm substância no contexto de uma linha de pensamento que se nutre a partir de uma prática que ajuda a discernir os sinais dos tempos na América Latina. Ou seja, é a experiência da Igreja que procura ser fiel a Jesus Cristo no meio dos avatares históricos que lhe corresponde viver o que a ajuda a colocar as perguntas teológicas fundamentais. Estas por sua vez podem ser respondidas em situações nunca antes vividas e com matizes que enriquecem o núcleo essencial da teologia cristã em virtude precisamente destas novas experiências que as Igrejas vão recolhendo e das novas coisas que elas vão aprendendo na medida em que aprofundam seu compromisso de serviço a Deus e aos seres humanos.

A existência e o desenvolvimento histórico do movimento ecumênico em nosso século reflete precisamente fatos muito semelhantes: foi a partir de uma prática comum que uma reflexão comum passou a ser desenvolvida. O encontro de cristãos de diferentes confissões, ao redor de situações que exigiam um serviço concreto em nome de Jesus Cristo, criou entre eles uma situação de confiança que posteriormente os desafiou a impulsar uma reflexão teológica conseqüente. Na América Latina há bispos católicos e dirigentes de Igrejas Evangélicas e Ortodoxas que têm experimentado esta realidade. Seria importante que isto fosse ratificado pela reunião de Puebla, fechando assim o trabalho teológico dos próximos anos e abrindo caminho para que a mesma se expresse em termos cada vez mais unitários e mais profundos. Isto, segundo nossa compreensão, não encerra nenhum perigo para a identidade de nenhuma Igreja. Por outro lado é um desafio para poder

expressar, em termos teológicos, aquela comunhão que muitos têm experimentado através de situações nas quais se descobriram unidos em sua comum obediência ao Senhor. Tal é o caso,

por exemplo, de cristãos de confissões diferentes que têm estado compartilhando tarefas e orações no contexto de "comunidades eclesiais" a nível de base ou de caráter funcional.

Talvez tenha sido neste nível que as Igrejas Cristãs da América Latina se tenham demonstrado sumamente fecundas. Foram desenvolvendo, sem ênfases doutrinárias mas com acentos profundamente evangélicos, uma reflexão teológica que nasce da vida da Igreja que se enraíza nos setores mais populares de suas respectivas sociedades e que procura responder desde o ponto de vista da fé às aspirações desses setores. É uma teologia que assume não apenas as formas culturais latino-americanas, mas que também leva em consideração prioritariamente a cultura popular, essa que precisamente mantém vivas as tradições que de diferentes vertentes foram confluindo para o caudal onde se misturam as diversas correntes que dão textura à cultura de nossos povos. Trata-se então, de uma teologia que às vezes não é muito circunstanciada, que nem sempre pode ser sistemática (poderia ser "sistematizada" a vida, a reflexão dos oprimidos, a existência daqueles que, apesar de serem subjugados procuram de um modo ou de outro expressar sua liberdade?), mas que inegavelmente é autêntica no seu afã de refletir a vida dos povos da América Latina. Esta maneira de fazer teologia, evidente nos Documentos da II Conferência Geral do Episcopado Católico Romano da América Latina em Medellín, tem ajudado outras Igrejas e comunidades cristãs e entenderem melhor sua fidelidade a Jesus Cristo nesta parte do mundo. Seria, então, importante, desde o ponto de vista da unidade da Igreja, que este aspecto da vida das Igrejas no contexto latino-americano também não fosse esquecido. Ele reflete também uma situação de conciliaridade entre as comunidades cristãs que, conforme dissemos antes, expressa a situação da marcha em direção à unidade no presente.

Puebla - Evangelização

da América Latina:

um desafio

J. B. Libânio

1. De Medellín a Puebla: Expectativa Temerosa

Medellín tornou-se para a Igreja da América Latina marco expressivo da vitalidade de sua pastoral em todos os rincões do Continente, remonta-se a Medellín como fonte de inspiração e de orientação para a práxis eclesial. (1) Dez anos depois, encontramos-nos diante da convocação de uma nova Conferência Geral dos Bispos Latino-americanos para a tradicional cidade mexicana de Puebla. Ao aproximar-se de tal encontro, programado para outubro deste ano, parece que o inconsciente eclesial se agita em ondas, com fluxos e refluxos. De todos os lados, escrevem-se artigos, fazem-se declarações, cujos conteúdos manifestam, precisamente, as oscilações próprias de um momento de expectativa.

De um lado, há clima de tensão, de expectativa temerosa, diante de sinais nítidos de uma reversão do impulso assumido em Medellín, sob o pretexto, é claro, de fornecer-lhe autêntica interpretação. Exatamente a ambigüidade da expressão "autêntico Medellín" parece querer esconder um recuo. Ninguém

(1) Mons. Hélder Câmara, Hacia la IIIa. Conferencia del Episcopado Latinoamericano, em: Boletín, MIEC-JECL, n. 15, feb 1978, Lima, p. 4.

tem chance de receber audiência e gozar de credibilidade na Igreja da América Latina, se se voltar frontalmente contra as declarações de Medellín. Por isso, pertence ao jogo ideológico do discurso referir-se a elas, mesmo quando, na realidade, se está afirmando o contrário. Para que tal manobra lingüística se faça mais facilmente, introduziram-se expressões como: aprofundar Medellín; ir às suas raízes; evitar os seus exageros; voltar ao seu autêntico espírito, sem nenhuma preocupação, é claro, de demonstrar, em termos lógicos e semânticos, a validade real da afirmação.

Por isso, cabe-nos, em tais momentos, maior sagacidade em relação aos discursos e textos, sobretudo produzidos em instâncias conhecidamente marcadas por ideologias conservadoras.

Antes de tudo, seria bom lembrar uma distinção lingüística muito simples entre o dito e o uso que se faz do dito. (2) O *dito* refere-se ao que foi expressamente formulado, verbalizado e que pode ser analisado na sintaxe e na semântica verbal. Assim, quando se diz que se quer “aprofundar Medellín”, o dito significa que se busca ir mais além — em nível de percepção — do que aquilo que foi expressão até agora. O *uso do dito*, por sua vez, percebe-se, não tanto pelo significado das expressões, mas muito mais pelo sentido global do discurso marcado pelo lugar e pelo momento de sua prolação. A percepção do uso do dito implica análise da conjuntura e do alcance ideológico da afirmação dita. Importa, nesse caso, atender a dados como estes: — quem diz? onde diz? quando diz? em que circunstâncias diz? etc. . . .

Não será fácil para um cristão médio, que não conhece os bastidores e as linhas de enfrentamento que estão em jogo, compreender uma série de ditos contraditórios sobre a próxima Conferência dos bispos. Nestas linhas, pretendemos esboçar algumas reflexões sobre tendências eclesiais que se manifestam neste momento de preparação de Puebla e que tornaram possível o Documento de Consulta publicado pelo CELAM, tal como está (3). As referências ao Documento não têm nenhum sentido de um estudo exegetico do texto. Pois, depois da tomada de posição do Episcopado do Brasil de elaborar subsídios próprios, prescindindo totalmente dele, e depois de tantas críticas ao longo do Continente, parece-nos claro, a esta altura,

(2) J. B. Libânio, 'Teologia e Hermenêutica, em: Atualização 7(1976), n. 84, 917-937.

(3) IIIa. Conferencia General del Episcopado Latinoamericano: La Evangelización en el Presente y en el Futuro de A. Latina, Documento de Consulta, CELAM.

(Os números citados entre parênteses se referem a tal documento.

que o Documento de Consulta não corresponde às aspirações de nossa Igreja. Não tem sentido, pois, voltar a insistir sobre um texto já rejeitado pela consciência viva eclesial da A. Latina.

Entretanto, enquanto ele reflete posições vigentes atualmente e que podem facilmente reaparecer em outras redações, merece nossa atenção crítica. A título de exemplo citamos entre parênteses os números de tal Documento, quando ele retrata tais posições.

2. Os Bispos, "Re-presentantes" de suas Comunidades

Os bispos não se reúnem a modo de Congresso ou Senado de uma nação, onde os parlamentares, munidos de uma representatividade popular — real ou fictícia — deliberam sobre os interesses do país. Basta-lhes a delegação jurídica, legal, para que possam, em nome do povo, legislar. Quanto aos bispos, infelizmente, tal esquema parece estar na cabeça de muitos cristãos e, quem sabe, até mesmo de bispos. Assim, acreditam que, uma vez tenham sido, de um lado ordenados legitimamente, e, de outro, delegados por sua respectiva conferência episcopal para participarem em Puebla, podem, sem mais, considerar-se legítimos "re-presentantes" da igreja, a fim de discutir e deliberar sobre ela.

A teologia está cansada de repetir, desde a mais tradicional até à do Vaticano II, que a Igreja tem uma constituição própria e que não pode ser entendida a partir de esquemas de instituições políticas vigentes ao longo da história. Portanto, não podemos fazer dos bispos representantes das suas igrejas pelo simples fato de terem sido ordenados e terem sido legitimamente escolhidos pela sua conferência. Isto valeria para qualquer deputado. Onde estaria o original, o teólogo da representatividade do bispo em relação a sua igreja? Não está, fundamentalmente, no jurídico, nem no legal, ainda que estes sejam necessários. Está no caráter sacramental e carismático de tal representatividade. (4) Que vem a significar isso?

O característico do sacramento é ser sinal visível de uma realidade maior que ele, e não em ser ele a realidade. Não se pode confundir sinal com a própria realidade. O bispo, como "re-presentante" da Igreja, na linha sacramental, deve ser um sinal visível da presença de sua igreja. O importante e fundamental é a sua igreja, de que ele se torna sinal de presença. E sinal de presença não se faz através de puro vínculo

(4) Conc. Vaticano II, Lumen Gentium, nn. 21ss.

extrínseco, jurídico. Trata-se de tornar presente a *realidade* de sua igreja. O fato da representatividade episcopal é antes um processo contínuo de crescimento. Cada dia, e na medida em que o bispo se identifica com a vida de sua igreja, ele se faz seu representante. Não é fato estático, determinado de uma vez para sempre por uma provisão extrínseca, jurídica. É uma vocação, missão, que o bispo cumpre, “graviter onerata conscientia” (sua consciência profundamente comprometida), na medida em que assume a vida real de sua igreja.

Na Igreja, os pobres e os pequenos são evangelicamente os privilegiados. Ele, o bispo, deve portanto — não por motivo de uma sensibilidade social, nem porque está agora na moda, nem porque ele se crê liberal e aberto, mas por necessidade teológica — captar a vida, interesses, exigiências, pedidos, votos de suas comunidades pobres. Ele vai ser sua voz no conclave episcopal a que assistirá como “re-presentante” dessas comunidades. A própria etimologia do termo “re-presentante” nos indica essa necessidade de tornar presente aquilo de que se é representante. E presente deve estar toda a Igreja, sobretudo nas suas comunidades mais pobres.

No momento em que um bispo recebe a missão de representar a sua igreja numa conferência geral de bispos, cabe-lhe, como primeira e incontornável tarefa, deixar-se impregnar pela vida dessa mesma igreja, através de diálogos com as diversas comunidades, de convivência com os diversos setores dela, de captação dos problemas principais que afetam os seus fiéis, de percepção da caminhada que suas comunidades estão fazendo. Não são as suas idéias próprias, a teologia que estudaram anos atrás em seus seminários, que os bispos vão levar para colocarem num documento doutrinal. É a vida de sua igreja, com tudo o que ela possui de dinamismo e de empecilhos, de esperanças e de temores, de avanços e recuos, que deve tornar-se presente em Puebla.

A partir dessa compreensão sacramental e teológica de representatividade, devemos julgar as teses teológico-pastorais defendidas pelo Documento de Consulta ou por qualquer outro texto. Será que refletem realmente a vida da Igreja latino-americana em sua caminhada? Será que exprimem a presença viva da Igreja no Continente? Ou, pelo contrário, traduzem preocupações dogmáticas e teóricas de pequenos círculos de pensadores? Pode acontecer que tais textos sejam até interessantes e merecedores de longas dissertações teológicas nos laboratórios e gabinetes de teólogos e universidades. Mas se não condizem, com o significado de uma reunião de pastores, “re-presentantes” de suas comunidades, devem ser rejeitadas.

O verdadeiro despojamento, a "kenosis" pedida ao bispo em virtude de sua função, consiste precisamente em renunciar a seus interesses teóricos, a seus gostos universitários e especulativas, para vestir-se dos interesses da comunidade de que é pastor.

Volto a insistir: não por ser o bispo menos autoritário, mais democrático, mas em razão de sua missão episcopal. De tal modo que ousaria dizer que um bispo que no fizesse isso, deixaria de ser *legítimo* representante de sua igreja, ainda que *legalmente* o fizesse, conforme a distinção que os juristas fazem. O jurídico lhe dá a legalidade; a verdadeira representatividade de sua igreja lhe dá a legitimidade.

Por isso, os bispos, ao defrontarem-se com textos encaminhados a Puebla não deveriam perguntar-se em primeiro lugar se estão de acordo com as idéias e teorias aí expressas, se eles resolvem bem as dificuldades e rebatem tendências com que não sintonizam, mas fundamentalmente se refletem a vida de sua igreja ou não, se respondem aos reais problemas que suas comunidades têm ou não, se exprimem a voz dos mais fracos e pobres de seus fiéis ou não se retratam a caminhada de suas comunidades ou não. (5) Enquanto nos é dado conhecer a trajetória eclesial de muitas comunidades de nossa igreja no Brasil, parece-nos que as teses expostas no texto do CELAM se colocam em outra perspectiva.

3. Perspectiva Geral da Conferência

Paulo VI propõe, como tema para Puebla, a Evangelização da América Latina no presente e no futuro. Uma corrente de pastoral vê a tarefa evangelizadora da Igreja, no sentido de responder ao desafio central e fundamental de contribuir para gerar na América Latina uma nova civilização cristã, a civilização do amor, superando a alternativa de nosso tempo, a capitalista e a coletivista (nn. 212-260). Nos lugares onde se fez a transição de uma sociedade rural-urbana para uma urbano-industrial, isto aconteceu sob o signo do secularismo com a destruição dos valores cristãos. A América Latina, uma vez que tem enorme reserva cristã no seio de seu povo, possui a chance de fazer tal passo com a contribuição específica da Igreja, de modo que surja uma nova civilização cristã.

Tese fascinante, pois coloca diante da Igreja em desafio de enorme grandiosidade. Parece que, no fundo, todos nós

(5) Mons. Marcelo Cavalheira, Hacia la IIIa. Conferencia, o. c. p. 14ss.

queremos precisamente isto. Sentimos insatisfação diante das injustiças, que o sistema em vigor no nosso Continente engendra de um lado; e, doutro lado, a alternativa socialista existente em moldes concretos nos atemoriza. Nada melhor que uma solução intermediária que paire sobre as duas, de modo que nos defenda de qualquer crítica da imperfeição de nossa proposta. Quem poderá ser contra a civilização do amor? Quem terá alguma dificuldade em falar dela? Entretanto, precisamente aí é que se coloca o problema.

A primeira grande dificuldade consiste no caráter paralisante de tal proposta. Criar a civilização do amor dentro da realidade concreta da América Latina: que significa isto? Se não queremos refugiar-nos num puro "flatu vocis", temos que partir de uma análise concreta de nossa situação, procurando descobrir-lhe as estruturas geradoras de tais injustiças e os pequenos passos na linha de sua superação. Quando o projeto se perde numa dimensão utópica, no eterno sonho da criação de uma nova-cristandade, termina por paralisar uma prática pastoral realista e, por conseguinte, facilita a perpetuação da situação vigente. Os próprios estudos históricos mais críticos mostram como a cristandade medieval foi muito menos cristã realmente do que se pensa e se diz. Mostrou ela enorme resistência pagã — sobretudo nas aldeias — à verdadeira compreensão cristã de Deus, do homem, do mundo e de suas relações. (6)

Precisamente deveríamos perguntar-nos pelo significado da presença cristã numa civilização cada dia mais secular (não necessariamente secularista), que afirma sua autonomia e racionalidade. A evangelização de uma cultura, como projeto, que a Conferência se propõe, não é pensável senão a partir de uma compreensão correta e concreta da relação entre os diversos níveis da sociedade. Como falar de evangelizar cristãmente uma cultura, como pensar em criar uma civilização cristã, sem que se reflita sobre a justiça das relações sociais de produção, sobre as relações de poder, sobre os valores veiculados pela ideologia dominante?

Sem querer assumir nenhum determinismo econômico, não podemos entretanto eludir a evidência de que os diversos níveis da sociedade mantêm entre si relação dialética. O papel evangelizador da Igreja tem de ser realisticamente pensado em

(6) F. Rapp, *L'Eglise et la Vie Religieuse en Occident à la Fin du Moyen Age*, (Nouvelle Clio, *L'Histoire et ses Problèmes*, n. 25) PUF, Paris 1971, pp. 296ss.

relação aos três níveis da sociedade: econômico, político e simbólico (ideológico). Uma proposta na linha de uma evangelização da cultura, sobretudo quando esse conceito se restringe fundamentalmente à sedimentação da vida do povo, à sua memória e modo de viver e agir, (n. 218), sem uma reflexão detida sobre a relação das comunidades eclesiais com as estruturas vigentes nos setores econômicos e políticos, pode facilmente encobrir gama real de problemas e terminar por não evangelizar sociedade nenhuma. O Evangelho não pode ser semente numa terra herbicida. Pode acontecer que os valores pronunciados e mesmo defendidos numa sociedade coexistam com uma realidade sócio-político-econômica contraditória. O discurso de tais valores serve, em última instância, para o jogo ideológico do sistema, fazendo-o funcionar melhor, na ilusão enganadora de estar realizando aqueles valores, enquanto que, na verdade, os fatos e dados da infraestrutura revelam o contrário.

Somente analisando as estruturas sócio-político-econômicas podemos saber se os valores pregados são expressão dessa realidade em transformação, e, portanto, realizam verdadeira evangelização, ou não passam de uma capa ideológica para manter o "status quo" no interesse das classes dominantes. Por isso, toda evangelização que se restrinja a tal perspectiva corre o enorme risco de deixar uma realidade injusta intacta, sem alcançá-la, iludindo-se ao pensar que uma sociedade é cristã no momento em que seu discurso defende valores cristãos. Estamos cansados de ouvir de certos setores dos atuais regimes, sobretudo no cone sul, de que existem para defender os valores da civilização cristã ocidental, enquanto que uma análise objetiva nos mostra que são outros os interesses que defendem. (7) E tal jogo só se pode perceber pelo confronto do discurso com a realidade analisada em suas estruturas constitutivas. É necessário fazer o corte epistemológico entre o discurso como produto de determinado setor na sociedade e a realidade sobre a qual tal discurso discorre. O programa de propor-se uma evangelização da cultura, sem trabalhar com análises sérias das estruturas sócio-político-econômicas, facilmente desliza para um espiritualismo desvinculado da realidade.

(7) J. Comblin, *Théologie de la Pratique Révolutionnaire*, (Encyclopédie Universitaire), Ed. Universitaires, Paris 1974, pp. 269ss.

4. Tensão Dialética entre Doutrina e Prática

Outro ponto fundamental, que tem marcado as discussões no nosso meio eclesial, refere-se ao método inaugural em Medellín, seguindo a clássica trilogia: ver, julgar e agir.

Não basta para fazer jus a ele, seguir simplesmente num texto o esquema ou a ordem de matéria: descrição da realidade, marco doutrinal e reflexões sobre a ação pastoral. Pois pode-se ficar em mera semelhança material. Neste caso a metodologia não corresponderia ao esquema.

Para que se continue dentro da metodologia de Medellín, devemos adotar um tipo de análise da realidade (Ver), que nos permita uma reflexão teológica-pastoral crítica (Julgar) aderente à realidade. Assim quando se escolhe mal o eixo condutor de análise da realidade (Ver), como foi o caso do Documento de Consulta, que assumiu o fenômeno de passagem de uma realidade rural-urbana para uma urbano-industrial, a parte teórica termina por se tornar viciada. Refugia-se, em geral, em uma teoria e não se interpreta teologicamente a realidade, já que não se têm elementos sócio-analíticos suficientes. Não construímos então um momento teórico da práxis eclesial concreta de nossa realidade, como o verdadeiro método de Medellín postularia. Constrói-se, antes de tudo, uma "doutrina", elaboração de princípios gerais, teológicos, em nível, universal e abstrato, a ser aplicada à realidade. Nesse sentido, podemos falar de um recuo ao método tradicional, em que a doutrina precede à prática, perdendo-se a dialeticidade própria do método usado pela teologia latino-americana. De fato, nesses casos defrontamo-nos com uma teoria elaborada independentemente do ver. É como se o grupo de redatores se encontrasse diante de uma série de questões teológicas, vindas de todos os lados e tentasse no seu gabinete, prescindindo de qualquer análise concreta da situação, com os elementos teóricos de que dispusesse, refutá-las.

Em geral, esse tipo de enfoque leva facilmente a tons apologéticos, mesmo que com colorido moderno, que uma reflexão teológica a partir da práxis e em vista da mesma evitaria. Elabora-se, no verdadeiro sentido da palavra, um marco doutrinal. O que caracteriza uma doutrina é precisamente seu caráter abstrato, universal, desligado de uma realidade concreta, dotado de certa rigidez, com a finalidade de fornecer elementos a serem usados na solução dos problemas que vierem.

A perspectiva doutrinal influi na maneira de conceber a revelação, a cristologia, a eclesiologia, e a temática da libertação.

A teologia de caráter mais histórico tem procurado falar de Deus a partir de Jesus Cristo, da sua ação na história. Por outro lado, uma posição dogmática prefere a idéia do Deus providente, que reflete certamente outro horizonte de compreensão. Ademais tal imagem de Deus serviu, ao longo de muitos séculos, como elemento neutralizador de movimentos e de anseios de transformação, correspondendo mais a uma imagem fixista da natureza e de uma sociedade de ordens. Dentro de uma compreensão evolucionista e de sociedade de classes, não parece que a imagem de um Deus providente seja a mais adequada. Esta compreensão de Deus vem confirmar como a reflexão teológica está desligada da análise da sociedade latino-americana. Não se trata de afirmar ou negar a providência de Deus em nível de ortodoxia teológica. Continua hoje como ontem tão verdade que Deus é providente. A questão não se põe em nível de ortodoxia, mas sim em nível de compreensão de Deus a partir de uma situação determinada, à luz evidentemente da Revelação. Ora a revelação de Deus é extremamente rica. A partir de uma situação de opressão como a nossa, não é a imagem do Deus providente que resulta mais expressiva.

O mesmo podemos dizer da cristologia. Há duas opções possíveis na construção cristológica:

— partir do dado dogmático para melhor compreender a totalidade de Cristo;

— ou partir do Jesus histórico a fim de “re-ler” as conquistas dogmáticas através dos tempos.

A teologia atual e sobretudo a da América Latina prefere partir do Jesus histórico como mais iluminador para a prática do cristão num contexto como o nosso. A cristologia dogmática, por sua vez, acentua o caráter doutrinal, preocupa-se em estabelecer interpretações ortodoxas. Defronta-se sobretudo com os questionamentos que o pensamento moderno, manifestado de modo especial nas ciências humanas, levanta contra a compreensão até então vigente dos temas cristológicos centrais como: a unção hipostática, a relação entre natureza divina e humana de Cristo etc. Com isso, o problema central do seguimento de Jesus, tão importante para uma Igreja às voltas com a práxis libertadora de seus membros, não merece o relevo esperado. Fica-se preso a uma visão cristológica dogmática, que pouco contribui para iluminar a nossa situação histórica concreta. Não se salienta a figura de um Jesus que seja na verdade

aquele que nos antecede e nos inspira num processo de libertação. Quando o aspecto histórico de Jesus ocupa lugar menos importante, dificulta-se uma reflexão voltada para a práxis e provocada por ela. (8)

O mesmo tipo de reflexão vale para uma *Eclesiologia*, em que a perspectiva dogmática prevalece sobre a história. Ela explica porque em tal modo de pensar teológico o fenômeno das comunidades de base, tão vigoroso na América Latina, e que devia ser dominante e decisivo, ocupe espaço tão restrito e seja tão fracamente elaborado. Se realmente o pensar teológico fosse um momento de teoria, de reflexão da vida real e concreta da Igreja na América Latina, devia começar como uma compreensão teológica dessa vida florescente através das Comunidades Eclesiais de Base e dos novos ministérios. Uma *Eclesiologia* a partir dessas comunidades poderia aportar questionamentos ricos para todo o conjunto da Igreja e deveria ser, para pastores de nosso Continente, um ponto absolutamente fundamental. (9) Na raiz de tal teologia existe a falta de uma experiência eclesial básica, perdendo-se em considerações dogmáticas absolutamente corretas e ortodoxas, mas pouco expressivas para nossa igreja no momento atual. Não interessa que os bispos repitam elementos já ditos pelo Concílio Vaticano II, apresentando breve *Eclesiologia* renovada. João XXIII, a respeito do Vaticano II, dizia não dever tal concílio ser discussão de um artigo ou outro da doutrina da Igreja, repetindo e proclamando o já conhecido, pois para isso não havia necessidade de um concílio. (10) O mesmo podemos dizer de Puebla. Não há necessidade de que se reúnam bispos para resumirem alguns dados eclesiológicos do Vaticano II.

Para a América Latina esperamos que se elabore uma *Eclesiologia* mais sacramental que ontológica, onde sobretudo se explicita uma gramática teológica para ler os sinais salvíficos e de pecado na história do mundo, e de modo especial no nosso Continente. O risco de *eclesiologias*, preocupadas por defesas de ortodoxia, é de o significante (a Igreja) apossar-se de todo o significado (a presença do Reino de Deus). Tais *eclesiologias* são pouco sensíveis para os aspectos históricos, políticos da ação da graça e confundem toda a salvação com a atividade da Igreja visível e hierárquica.

(8) Trato esse aspecto da cristologia do Documento de Consulta de modo mais amplo num artigo da REB, março, 1978.

(9) L. Boff, *Eclesiogênese. As Comunidades Eclesiais de Base Reinventam a Igreja*, (Col. CTP, n. 6) — Vozes — INP, Petrópolis, 1977.

(10) João XXIII, O Programático Discurso de Abertura, em: *Boaventura Kloppenburg, O Concílio Vaticano II, Vol. II, Primeira Sessão*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1963, p. 310.

A reflexão eclesiológica só tem sentido se for realmente um momento de compreensão na fé da vida e pastoral das comunidades eclesiais no nosso Continente com toda sua vitalidade e com todos os seus problemas. Essas comunidades esperam luz, alimento e não doutrina, o que não passa de um catecismo atualizado.

Finalmente, breve observação sobre o tema da libertação. Todos conhecem como ele se tornou pomo de contradição. A campanha e contracampanha desencadeada na Alemanha não passa de pequeno sinal. (11) Entrecruzam-se interesses diversos, perspectivas diferentes. Há aqueles que, em reconhecendo a valdez de toda a temática desenvolvida pela Teologia da Libertação, agem com a lealdade fraterna de quem quer contribuir com suas críticas para um aperfeiçoamento e depuração do trabalho teológico. (12) Toda reflexão que surge necessita passar pelo crivo que o obrigue a explicitar, aprofundar, corrigir mesmo pontos e afirmações. Há nessa atitude um reconhecimento implícito da legitimidade eclesial de um pluralismo teológico, de acentos diferentes de problemas conforme os momentos em que as igrejas vivem. Por outro lado, existem outros, que, no fundo, não atacam a Teologia da Libertação, a partir, naturalmente, não de razões teológicas e evangélicas e sim de interesses ideológicos, em geral não confessados.

Quando um tema ultrapassa o interesse da verdade e da objetividade, e entra no campo de interesses sociais, o seu debate fica profundamente envolvido pela emoção e até mesmo paixão. Nesse tipo de debate funcionam como polarizadoras certas categorias tornadas tabus em dado ambiente e cuja presença paralisa qualquer reflexão objetiva. No momento, o tema da libertação está sendo conjugado com "infiltração marxista" na Igreja, ou com "cristãos para o socialismo", desvirtuando o seu verdadeiro sentido a fim de transferi-lo para o campo da irracionalidade emotiva. Deve-se retomar a problemática dentro de sua verdadeira ótica, buscando-lhe a fonte original e o sentido primigênio. O verdadeiro terreno para uma abordagem da libertação é o da reflexão da fé de uma comunidade engajada num processo de transformação da realidade. Assim temo uma reflexão da fé, a partir da/na/para/e pela práxis. A práxis é o ponto comburento da reflexão teológica, não seu específico.

(11) Memorandum de Teólogos da Alemanha Federal sobre a Campanha contra a Teologia da Libertação, em: REB (1977), pp. 788-792.

(12) M. Schooyans, Chemins et Impasses de la Théologie de la Libération, em: Esprit et Vie 87 (1977), n. 6, pp. 81-94. Em breve: A tese doutoral de Cl. Boff, a ser publicada pela Ed. Vozes, Petrópolis.

Pois, só há teologia onde houver uma mediação hermenêutica que transforme o dado. E tal mediação hermenêutica é, fundamentalmente, a Escritura Cristã, com tudo o que isso implica.

Uma reflexão da Igreja da América Latina só tem sentido se se defronta, não de modo apologético, mas teológico-pastoral com a prática libertadora das comunidades cristãs, produzindo assim uma Teologia da Libertação. Mais que falar sobre a libertação como um objeto teórico a ser discutido, importa gerar um discurso teológico-pastoral (próprio de pastores, que os bispos são) que seja iluminador da caminhada que tantas comunidades eclesiais fazem em meio às contradições de nossa realidade. (13)

5. Conclusão

Um debate de idéias tão amplo, como o que está em curso em vista do Encontro do México, mereceria um tratamento mais aprofundado e detalhado. Dentro dos estreitos limites deste artigo quisemos somente acenar para alguns pontos fundamentais, que, em geral, aparecem como centrais no Documento de Consulta. Como já dissemos, este texto é significativo, no sentido de nos revelar as águas profundas da maré teológica dominante em altos círculos do CELAM.

Cada questão mereceria naturalmente um estudo a parte. Se algum leitor interessado quiser ler diretamente sobre os temas tratados no Documento de Consulta, poderá consultar publicações que vêm sendo editadas em nosso Continente. (14)

Importa que nesse tempo que nos separa da Assembléia de outubro devotemo-nos a uma reflexão séria, de que o Documento de Consulta quis ser o desencadeador, sem ficarmos, como aliás fizeram muito bem nossos bispos em Itaiaci, presos ao seu texto. Vale para nós o que D. Aloísio escrevia na carta introdutória do mesmo, situando-o muito bem dentro do marco preparatório da Conferência Geral, como um instrumento auxiliar, um material para suscitar reflexões com toda a liberdade, criatividade e originalidade, a fim de que tenhamos um material mais significativo da vida da Igreja latino-americana em vista da elaboração do Documento de Base.

(13) G. Gutiérrez, *Teología desde el Reverso de la Historia*, CEP, Lima 1977.

(14) O primeiro número da REB deste ano (março, 1978); Revistas como: *Christus* (México), *Servir* (México); Publicações do MIEC-JECI (Lima, Peru), do MIIC, *Pax Romana* (México) etc.

Os leitores do CEI estão chamados, nesse sentido, enquanto membros vivos de comunidades cristãs, a oferecerem elementos para que a Assembléia “re-presente” — torne presente — a vida da Igreja latente nos diversos lugares. O tempo que nos resta deve ser preferentemente consagrado a um trabalho construtivo de ir acumulando experiências, reflexões, a partir de nossa vida prática eclesial, a fim de que tal material possa receber um lugar na reflexão dos participantes da Conferência.

Evitando o duplo extremo, de um ceticismo e indiferença diante desse simpósio eclesial de um lado, e, do outro, de colocar nele toda a esperança para o futuro de nossas igrejas, devemos reconhecer-lhe a importância. Nesse sentido, a sua preparação deve ser objeto de atenção de todos nós. Reconhecendo que todo acontecimento eclesial é um fenômeno que ultrapassa o mero esforço preparatório e, às vezes, até mesmo confabulatório, por contar com a presença de Cristo pelo Espírito, cabe-nos, nestes meses de preparação, reforçar nossa vida teologal de fé, esperança e caridade. Na medida em que essa tríplice dimensão, alimentada sobretudo pela oração e exercício da prática da caridade fraterna, for vivida pelas igrejas, pelos seus pastores, as manobras espúrias e filhas das trevas se dissolverão diante da claridade da presença do Espírito de Cristo. A experiência teologal nos colocará numa atitude permanente de conversão. Tal atitude é condição indispensável para percebermos os acenos do Espírito através do entrevero de opiniões, posições, acontecimentos, indicando como a “Igreja tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos... e dever de ajudar para que nasça essa libertação”. (15)

A Igreja da América Latina

comprometida com

os pobres

Ivone Gebara

1. Distinção entre Compromisso com os Pobres e os Pobres

Quando se fala de compromisso com os pobres, imediatamente uma distinção se impõe. É a distinção entre aqueles que fazem o compromisso com os pobres e aqueles que de fato são os pobres, isto é, aqueles que vivem primordialmente na esfera de satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.

Fazer compromisso com os pobres significa que não se é pobre, se é outra coisa, se tem um certo poder, uma certa liberdade, uma certa posição que permite esse compromisso. Assume-se uma atitude de conversão à causa do pobre, que se exprime em comportamentos concretos como o de Zaqueu: "Senhor, dou a metade dos meus bens aos pobres, e se em alguma coisa defraudei a outrem, restituo-lhe o quádruplo." (Lc 19.8).

A distinção e relação entre os pobres e aqueles que lutam pelos pobres é essencial para compreendermos o núcleo da mensagem de Jesus. Fundamentalmente os destinatários do Evangelho são os pobres. É para eles que o Reino é anunciado e são eles, com seus próprios meios, que vão construí-lo. Nesse sentido, não se prega a necessidade do compromisso com os

pobres como anúncio primeiro. O compromisso com os pobres aparece como um convite para a conversão dos ricos, portanto como um anúncio segundo em relação ao essencial da boa nova de libertação dos pobres.

Nesse sentido, quando Jesus anuncia o Reino de Deus, não o anuncia a partir do lugar de um comprometido com a causa do povo dominado, do pobre, do sem poder, mas anuncia o Reino *como pobre*. Jesus é pobre e os meios que utiliza são os disponíveis no mundo dos pobres. Sendo dessa condição não tem acesso às armas dos poderosos, nem aos mecanismos por eles utilizados para convencer e defender seus próprios interesses. Por isso, diante de Pilatos ele afirma: "Meu Reino não é deste mundo. Se meu Reino fosse deste mundo, meus guardas teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas, meu Reino não é daqui" (Jo 18.36). O texto não quer dizer que o Reinado de Jesus nada tenha a ver com as realidades deste mundo, só que sublinha a distância imensa entre o mundo de Jesus e o mundo de Pilatos e a diferença essencial entre o Reino anunciado por Jesus e o reino defendido por Pilatos.

Por isto, na construção do Reino de Deus, as armas não podem ser as mesmas, isto é, não são os instrumentos de dominação fabricados pelos reinos deste mundo que servirão para instaurar o Reino de Deus.

Jesus não disputa a posse dos pobres, nem os utiliza, nem os reprime, mas, como pobre e unido radicalmente a eles, manifesta a força que possuem. Para ele, os próprios pobres são, eles mesmos, capazes de forjar seus próprios mecanismos, de criar um mundo novo, são capazes de formar um povo, o povo de Deus. Sua força está em Deus e não no espetáculo de grandeza que o mundo dos ricos oferece.

Parece que é nesse sentido, que João, logo após o episódio da cura do cego de nascença, introduz, no capítulo décimo do seu Evangelho, a passagem do Bom Pastor que chama as ovelhas pelo nome e elas o reconhecem. O cego, pobre, desprezado, marginalizado pelos poderes e instituições torna-se homem, isto é, ergue-se, reconhece seu valor sem se converter à riqueza. Continuou na pobreza, porém como vidente, de cabeça erguida, capaz de confessar, apesar dos riscos, o que Jesus fizera por ele. Não se integrou às instituições e nem foi reconhecido por elas. Passou a fazer parte do povo liberto por Jesus. Por isso, poderia ser considerado como o protótipo daqueles que, com seus próprios meios, constroem o povo de Deus, instauram a fraternidade entre os homens, fazem da justiça carne habitando entre nós.

Sendo assim, o compromisso com os pobres está subordinado à criação de um povo de pobres, de uma sociedade onde eles tenham a decisão, onde eles escolham os passos que querem ou podem dar,, finalmente que sejam os artesãos de sua própria história. Isto não significa a negação do progresso e a conseqüente instalação na pobreza, mas sim a luta pela instauração de um novo modo de relações entre os homens, construído através da união, da solidariedade, do serviço mútuo, da partilha, meios que, colocados em comum, se constituem nas únicas armas de que os pobres de fato dispõem. É, portanto, a instauração de um progresso comunitário, no qual todos possam usufruir dos bens produzidos nesta terra.

Em um dos números da coleção de Pastoral Popular elaborada pela equipe de Pastoral Popular para a América Latina encontramos algumas precisões sobre o termo *pobre* usado no Novo Testamento, das quais reproduzimos algumas: Estas nos permitirão identificar melhor o pobre e os meios dos quais ele dispõe, na perspectiva que desenvolvemos acima:

- “o pobre é o necessitado, o pequeno, o último;
- o pobre é aquele que não se apropria do que é dos demais, aquele que não guarda para si aquilo que pode ser útil para os outros;
- o pobre é aquele que não abusa de seu poder e que portanto, não oprime aos demais, mas que está a serviço deles;
- o pobre é aquele que está possuído e habitado por um dinamismo que o leva a partilhar tudo o que tem e o que é com os demais;
- o pobre é aquele que luta pela justiça; portanto, luta contra a pobreza que seja fruto de uma injustiça.” (1)

Este é o pobre do qual o Evangelho diz que é bem-aventurado e é esse pobre que constrói o Reino que se opõe às riquezas e aos poderes deste mundo. Por isso, como Jesus, ele atrapalha a política dos Impérios deste mundo e de suas previsões, mas não usa as mesmas armas e nem se propõe os mesmos ideais de riqueza e abundância. A pobreza de Jesus o liberta de tomar a riqueza dos poderosos como ponto de referência da “felicidade” à qual ele deve chegar. O modelo da bem-aventurança não é a riqueza dos privilegiados deste mundo, daqueles que o berço, a sorte, ou o roubo tornaram ricos,

mas a pobreza capaz de construir um mundo onde o homem pode ser respeitado, onde a imagem e semelhança de Deus não seja aviltada.

É neste horizonte que o compromisso com os pobres e a Igreja que opta pelos pobres estão radicalmente subordinados à criação de uma sociedade construída pelos pobres e a uma Igreja dos pobres. Esta Igreja dos pobres não é uma tarefa a vir no fim de um processo revolucionário, mas se impõe desde já como condição de nossa fé naquilo que foi a vida e a missão de Jesus de Nazaré. Postergar a Igreja dos pobres para um futuro próximo ou remoto equivale a afirmar que não cremos nos pobres e nas suas possibilidades de se organizarem; que não cremos na ação de Deus neles, capaz de libertá-los, de arancá-los da escravidão. Finalmente, não aceitar a prioridade da *Igreja feita pelos pobres* é implicitamente acreditar que unicamente nossa ciência e nossas técnicas são os melhores instrumentos para libertar os pobres, para entregar-lhes a libertação segundo o modelo que nós pensamos para eles. Tal atitude implica na crença não explicitada de que Deus revelou a um grupo, a um partido, ou a uma elite a chave do processo de libertação. Os pobres não a possuem e por isso é preciso entregá-la a eles. Assim, aquilo que se esperaria da força de Deus, da presença de seu Espírito atuando entre os pobres seria dado por um grupo que se julgaria portador do anúncio de libertação.

É nesse sentido que se afirma que a Igreja não é Deus e não é Jesus Cristo, mas sim, como afirmou a *Lumen Gentium*, é sinal, é sacramento da presença de Deus nos homens.

Como sacramento de Deus, a Igreja aparece particularmente, nos tempos atuais, em sua dimensão profética de denúncia, de protesto contra a riqueza geradora de injustiças. Sua missão vem de Deus e é em nome dele que ela tem a contínua vocação de ajudar a provocar e *reconhecer* o acontecimento da liberdade, o anúncio de uma vida nova possível para os pobres. Sua tarefa é de reconhecer o povo dos pobres, reconhecer que eles são a *ecclesia de Jesus*, feita por eles e não fabricada por ela.

A Igreja que se espera já está presente, já foi semeada. É a dinâmica do "já e ainda não" presente na história humana, e fundamental para nossa fé.

2. Sinais Contemporâneos do Compromisso com os Pobres

A perspectiva que assumimos acima explicitou a idéia de que o compromisso com os pobres é sinal da conversão dos ricos, daqueles que não são pobres, mas que assumem a causa

do pobre. A Igreja no sentido de instituição presente no espaço e no tempo, envolvendo diversamente com sua presença o povo, situa-se também como rica e conseqüentemente chamada à conversão.

Desde 1968, o grande momento de Medellín, até os nossos dias, vários passos reveladores da conversão da Igreja aconteceram. Ela não ficou parada, mas entrou cada vez mais na história dos pobres de nosso Continente movida pela fidelidade ao Evangelho e pelos gritos cada vez mais agudos do povo oprimido.

Nestes dez anos que nos separam de Medellín, é preciso destacar alguns acontecimentos particularmente marcantes:

1 — A perseguição aos pobres tomou feições particulares no novo projeto de Estado instaurado no Continente latino-americano. É uma perseguição que se manifesta não apenas na negação de condições mínimas de sobrevivência e de participação nas decisões históricas, mas numa perseguição abafadora de todas as manifestações populares que pudessem exprimir qualquer suspeita em relação aos regimes militares, ou qualquer crítica às suas decisões e organizações. A voz da verdade do povo tem parecido insuportável diante dos poderes detentores da “verdade” sobre o povo e seus destinos.

Movida pelo Espírito de Deus, depois de Medellín, boa parcela da Igreja, assumindo a causa dos pobres, tornou-se como eles muitas vezes perseguida. Não foram poucos os testemunhos de verdadeiro martírio em vários países latino-americanos. Prisões, expulsões, perseguições, mortes de leigos, sacerdotes e bispos constituem-se em sinais desse compromisso com os pobres e no preço da fidelidade ao Evangelho de Jesus.

A Igreja só podia ser o sinal da presença de Deus no mundo se assumisse sua vocação profética de denunciar os mecanismos mantenedores da injustiça, de denunciar o pecado e seus responsáveis, os pecadores. Como os pobres, ela também se tornou muitas vezes insuportável aos planos pré-determinados pelos impérios deste mundo. Por isso foi, está sendo e será perseguida na medida em que for fiel à ação de Jesus e ao anúncio do Reino dos pobres.

2 — Outro acontecimento digno de nota nestes dez últimos anos foi o crescente abandono por parte de religiosos, religiosas, padres e leigos de obras grandiosas que exigiam poder e participação no poder. Perceberam que o Senhor não estava naquelas instituições e emigraram para os meios populares, entregando-se à causa do Evangelho a serviço dos pobres. Os instrumentos que usam agora não são mais os do poder, instrumentos que direta ou indiretamente contribuem para a ma-

nutenção da miséria da maioria e da abundância de uma minoria privilegiada. Colocam-se à escuta daquilo que o Espírito diz aos pobres e entregam suas energias para somar forças com os pobres.

3 — Nessa mesma linha é notável a multiplicação de pequenas comunidades entre os pobres. Sem esquecer as ambigüidades que encerram, especialmente no que se refere a uma certa manipulação dos intelectuais que com elas se comprometem, são sinais de verdadeira solidariedade com os pobres, com sua condição de vida, seus sofrimentos e suas esperanças.

4 — A valorização das Comunidades Eclesiais de Base, como o lugar onde a Igreja acontece, foi também um evento em várias dioceses latino-americanas. Embora não haja um consenso geral sobre o sentido e os limites históricos das Comunidades Eclesiais de Base, há sem dúvida, uma valorização do elemento base, em oposição às elites. (2) Essa valorização é significativa de uma mudança de mentalidade segundo a qual se percebe que os pobres têm a sua contribuição a dar, e decisiva, para a tecedeira da história humana.

5 — Nesse movimento de emigração para o lado dos pobres não se pode esquecer que, sob o aspecto doutrinal, a Igreja tem enfatizado, de forma marcante, sua missão profética de denúncia das injustiças, de protestos contra as riquezas e contra a máquina montada para protegê-las. Preocupou-se mais em salientar os diversos aspectos da caridade vivida e a expressão da fé como vivência da justiça. Vários foram os pronunciamentos de episcopados latino-americanos (3) desmascarando as

(2) O elemento *base* engloba a parte da população, a mais numerosa, que vive na busca da satisfação de suas necessidades *básicas*, que está reduzida ao nível da sobrevivência. Conseqüentemente se opõe às elites, quaisquer que sejam, visto que estas podem usufruir da esfera da liberdade, que por menor que seja, cria-lhes um certo espaço de mobilidade e escolha situado acima da procura de sobrevivência.

(3) Como por exemplo:

— Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social — D. Pedro Casaldáliga, bispo de S. Félix do Araguaia — MT — out. 1971.

— Ouvi os clamores do meu povo — Doc. de Bispos e Superiores Maiores do NE. — Brasil — maio 1973.

— A marginalização de um povo. — Grito das Igrejas — Doc. dos bispos do Centro-Oeste — Goiânia — maio 1973.

— Exigências cristãs de uma ordem política — Doc. do Episcopado Bras. — fevereiro 1977.

— Reflexión y orientación Pastoral de los Obispos del Comité Permanente de la Conferencia Episcopal Chilena — Santiago — marzo 1977.

— La Justicia en el mundo — Doc. del Episcopado peruano para el Sínodo de 1971 — agosto 1971.

— Mensaje de la Conferencia Episcopal en El Salvador sobre el momento actual que vive el País — San Salvador, 5 de marzo, 1977.

estruturas opressoras e a ganância incontrolada dos donos do poder, sob suas variadas formas.

Outro esforço característico foi o de escrever uma história da Igreja tentando-se assumir o lado daqueles que nunca redigiram sua história — *os pobres*. (4)

Acompanhando essa tentativa, divulgaram-se muitos folhetos em linguagem popular, tanto documentos eclesiásticos quanto obras e informações na tentativa de viver efetivamente a fraternidade partilhando e comunicando as aquisições da cultura à qual todos devem ter acesso. (5)

Não faltaram também as cristologias, centrais nos anúncios do Reino de Deus, tendo como pano de fundo a realidade latino-americana. (6)

Todos estes acontecimentos e outros na mesma linha, que nestas páginas não foram enumerados, constituíram-se em passos importantes do compromisso da Igreja com os pobres, passos que sem dúvida, nestes tempos, são os primeiros de uma série de outros que deverão ser dados. Essa continuidade é uma exigência da qual os cristãos, que crêem na força dinâmica do Espírito do Senhor, não podem abrir mão, sob o risco de serem infiéis a esse mesmo Espírito.

3. Um Desafio

Falar de um desafio não significa afirmar que não haja outros dignos de consideração e de explicitação. Mas, se se fala de um é porque esse parece ser, entre os vários, o mais esquecido e, por conseguinte, aquele que merece ser salientado de forma especial no momento atual da Igreja latino-americana. Por isso, ele passa a ser não um desafio periférico, mas central, num momento onde vários desafios constituem o centro da problemática de nosso Continente.

Referimo-nos ao problema da mulher latino-americana numa perspectiva de libertação. Esse problema, de fato, não aparece como importante na elaboração teológica latino-americana. Salvo exceções que o tratam de passagem num capítulo, ou fazem alusões rápidas, ou o abordam abstratamente — o tema da mulher não parece impressionar, a ponto de merecer um sério tratamento teológico no horizonte histórico da libertação.

(4) Referimo-nos aos esforços da CEHILA: Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina.

(5) Folhetos Populares editados pela Ed. Vozes: "São Sebastião", "O Peregrino de Deus".

(6) Citamos especialmente: Sobrino, Jon — *Cristologia desde América Latina* — Col. Teologia latino-americana — Ed. CRT — México 1977.

Os especialistas em assuntos latino-americanos e em revoluções parecem acreditar, com toda boa vontade, que se pode adiar esse tema para o futuro, pois, o importante é pensar nas grandes massas exploradas. Acreditam que a opressão da mulher terminará quando terminar a opressão imposta às maiorias pela sociedade capitalista, como se esse tipo de dominação existisse apenas no capitalismo. Esquecem-se, entretanto, de que a maior porcentagem das massas exploradas na América Latina é de mulheres que vivem na condição de duplamente exploradas.

Operária ou doméstica, secretária ou professora, a mulher sofre tanto a dominação no trabalho remunerado sugador de suas forças, quanto no lar sob o senhorio do homem e das tarefas domésticas não partilhadas. O fato de ser macho dá-lhe o direito de vingar-se das humilhações de que foi vítima no trabalho, humilhando a mulher em casa. Não percebe a exploração que faz do trabalho da mulher. Usufrui de casa limpa, roupa lavada, comida preparada, cama livre ou constrangidamente acolhedora... O mesmo processo vivido na relação de trabalho com o patrão que se enriquece às suas custas, ele vive com a mulher, escrava gratuita, às vezes disfarçada de esposa, pronta para atender suas necessidades e obedecer a seus desejos. A mulher entra na pirâmide de exploração do trabalho humano, ocupando o lugar onde o peso da dominação é o mais forte e a consciência dessa dominação a mais fraca. Repousa sobre ela o peso do trabalho do homem, a humilhação duplicada de que é vítima e a conseqüente falta de reconhecimento de sua tarefa na construção do mundo.

Além disso, não lhe é franqueada de forma decisiva e significativa nenhuma participação nas decisões do país nem nas decisões da Igreja. Isso se torna muito claro nas grandes reuniões a nível continental e/ou mundial, onde a presença da mulher resume-se muitas vezes a um convite simbólico, talvez para lembrar apenas que existem mulheres sobre a face da terra ou, o que é mais grave, para outorgar-lhes a ilusão de que estão começando a participar das decisões. Trabalhadoras silenciosas, fornecem com milhões de outros trabalhadores incógnitos, as condições para que grandes encontros em favor da libertação se façam, mas efetivamente não parecem competentes e dignas de penetrar nos "santuários" masculinos e nem dar sua contribuição ativa e consciente na caminhada da história latino-americana e, em particular, da Igreja.

A participação da mulher nas grandes decisões da história é, sem dúvida, um dos desafios que nosso tempo nos impõe.

Parece que é chegada a hora da consciência feminina, adormecida por séculos e séculos de submissão, começar a

acordar. Adormecida pela força da vara do Senhor que exige dela o mesmo que se exige de um animal de carga ou adormecida pela exaltação de seus encantos femininos a serviço do macho, ou simplesmente adormecida em sua crença na superioridade natural do homem, a hora de acordar, de erguer-se começou a soar.

Ouvem-se confusamente rumores de vozes femininas indignadas com a exploração de que são vítimas, vêem-se lampejos de consciência de sua situação manifestos em pequenos encontros de operárias, de domésticas, de lavadeiras, de prostitutas, de professores, de pescadeiras.

Prepara-me assim, o futuro; espera-se pacientemente na luta diária que a gravidez longa e difícil que antecede o nascimento de um mundo novo prossiga. Sonha-se com esse mundo, mundo diferente, totalmente renovado, no qual de fato "homem e mulher", criados à imagem e semelhança de Deus se reconheçam como iguais, responsáveis pela construção da história, duas metades de uma única humanidade, o HOMEM.

"Deus criou o HOMEM (ADAM) à sua imagem; Ele o criou à imagem de Deus, e criou-os homem (zakar) e mulher (neqebah)". (Gn. 1.27).

Por tudo isso, falar em compromisso com os pobres na hora atual da América Latina implica necessariamente em falar do compromisso com a mulher:

"Manifestou o poder do seu braço,
Dispersou os homens de coração orgulhoso,
Derrubou de seus tronos os poderosos e elevou
os humildes." (Lc 1, 51, 52).

O canto de Maria ressoa em nossos ouvidos não apenas no desafio da queda dos grandes impérios e potências deste mundo, mas também na queda dos machismos que impedem milhares e milhares de mulheres de responderem à vocação de liberdade que o Senhor deu a cada um de nós.

Significado Teológico

da III Assembléia

Equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação

A realização, em Puebla, da terceira assembléia do CELAM é um acontecimento de inestimável importância. Seria, entantão, incidir em erro divisar a razão desta importância no fato de aí se reunirem os líderes da catolicidade latino-americana. Certamente isto acontecerá, mas o que confere à assembléia o seu valor não é a simples presença em si de potentados eclesiásticos, mas o fato de esta presença haver sido, em larga escala, assumida e determinada pela quase totalidade das instâncias eclesiais ativas. Com efeito, desde que se anunciou a assembléia, muito mais do que habitualmente, os bispos deixaram de estar sós à frente de suas igrejas. Já em grande parte mobilizadas desde o Vaticano II, as referidas instâncias se colocaram face à responsabilidade de se formar uma efetiva e própria consciência do que poderia e deveria ser a Assembléia. Este movimento foi catalisado inicialmente pela publicação e circulação do documento de consulta e, é no horizonte e na perspectiva de uma tal mobilização eclesial que, movidos por uma consulta da CNBB, nós do Centro Ecumênico, respondemos aos estímulos que, no referido documento, pudemos encontrar. Nossa resposta, tão somente a síntese de nossas posições, não pretende ser uma crítica, mas uma contribuição a refletir o modo de ver das áreas ecumênicas. Daí o seu caráter conciso e a sua abordagem direta dos temas e problemas.

Isto não quer dizer que nossa resposta à solicitação da CNBB não intencione ser crítica, ao contrário, ela o intenciona e o faz na acepção mais radical do termo, entendendo por crítica, a demanda sempre renovada do fundamento e da razão de tudo o que se faz e diz. Apenas, esta demanda do fundamento e da razão não se realiza, principalmente, na refutação; ao contrário, ela se realiza melhor quando propõe de modo mais claro ou mais direto as questões que dizem respeito a seu objeto. No que concerne à Assembléia de Puebla, trata-se, por tudo o que temos ouvido e lido, de descobrir formas concretas para a caminhada da Igreja na América Latina. Neste sentido, postos diante das questões levantadas e encaminhadas pelo documento de consulta, procuramos aqui propor uma reflexão sobre aquelas questões que julgamos mais relevantes, seja porque nos pareceu impor-se nossa contribuição, seja porque não nos satisfez o tratamento que lhes foi dado no primeiro documento.

Visa a teologia à melhor compreensão possível de um universo cujo momento genético é a Fé. Assim, se se tem a Assembléia de Puebla em conta de um acontecimento inspirado na Fé, a sua compreensão teológica se impõe como forma de consciência que lhe é própria. As presentes linhas são um modesto contributo à formação desta consciência.

1. Universalidade e Particularidade da Igreja

Por sua essência transcende a Igreja toda singularidade: são os seus momentos a particularidade e a universalidade, entre as quais se instaura uma ininterrupta dialética. Desta dialética, Puebla é um momento e um evento privilegiado. Com efeito, se a universalidade da Igreja se concebesse tão somente a priori, ela não passaria de uma universalidade simplesmente virtual; ao contrário, na medida em que ela se concebe a articular-se sob sucessivas formas particulares — e isto tanto no espaço quanto no tempo, como movimento e instituição — é na superação dos sucessivos particularismos que o universal torna efetiva a sua presença. Nestes termos, Puebla é um momento maior de superação: superação do particularismo latino-americano face à universalidade da Igreja como totalidade, superação do particularismo das várias igrejas latino-americanas, superação do particularismo católico-romano e superação do particularismo eclesiástico em geral face à sociedade latino-americana.

Ora, estas superações exigem que se intensifique o diálogo com todos os grupos com os quais a Igreja Católica convive. Entre esses grupos situam-se as igrejas cristãs que, como denominações, se distinguem e estão separadas da Igreja de Roma e com as quais esta tem travado relação de recíproca compreensão e mesmo de cooperação desde o Vaticano II. Na seqüência destas relações ousamos esperar que a Assembléia de Puebla seja um marco: que a catolicidade romana latino-americana saiba cumprir sua missão ecumênica, eis o que ousamos esperar. E eis o que nos parece ser esta missão: explorar as possibilidades de unidade que a experiência cristã de nosso continente possui em razão de não estar tão diretamente comprometida com as separações que ocorreram em seu passado europeu.

Todavia, não é só do seu passado que a América Latina tira a sua missão; é também do seu presente: sob a forma de um capitalismo dependente, é ela solidária em suas carências, compartilhando as bem-aventuranças dos pobres (Mt 5.3; Lc 6.20). Visada dialeticamente, esta bem-aventurança é princípio para a unidade eclesial: da comunhão dos pobres na medida em que esta toma progressivamente a forma de uma luta pela justiça, pode-se voltar a procurar a unidade que a perda ou a falta de solidariedade com eles perdeu ou mesmo jamais conseguiu realizar plenamente. Nesse sentido, a opção feita pelo referido documento de consulta de se articular a partri do tema “evangelização” merece ser assumida pela Assembléia e o deve em termos evangélicos: como “evangelização dos pobres” (Mt 11.5; Lc 7.22; Lc 4.18; Is 61.1-2; 58.6). Entretanto, impõe-se ser bem mais concreto. Deixar de caracterizar os “pobres” a partir das contradições da América Latina seria utilizar-se da palavra em uma acepção diluída e abstrata que nem o realismo cristão nem o rigor exegético poderiam tolerar. Ao contrário, se se trata de evangelizar, é importante divisar hoje, com os meios de hoje, em uma linguagem adequada à realidade de hoje, “quem” — em rigor de termos — corresponde aos pobres do Evangelho, e um tal testemunho não pode ser estranho ao ministério dos bispos.

Todavia, uma vez cumprida a missão de pôr em exercício o princípio de toda a evangelização, a consciência cristã espera dos bispos uma outra contribuição: a de reabrir, em novas e mais concretas dimensões, o diálogo ecumênico. No documento de consulta, não foi este diálogo objeto de um adequado tratamento. Ao contrário, poucas, breves e vagas palavras lhe foram dedicadas, enquanto se acentuava de um modo insufi-

cientemente crítico o peso do Catolicismo Romano no Continente. Sem negar que este peso haja sido grande e decisivo, e reconhecendo mesmo ser ele ainda hoje considerável, importa recordar que, atualmente, além das denominações oriundas do protestantismo histórico, outras emergem em nome do Evangelho, sem esquecer igualmente a farta medida em que, em algumas religiões de origem africana, circulam componentes cristãos. Toda esta imensa massa compõe a realidade latino-americana e só pode realizar a sua libertação, na medida em que chegar à sua unidade concreta; para esta unidade, é importante que as igrejas contribuam, antes de tudo, por uma firme renúncia a toda a pretensão de dominar. No que diz respeito à Igreja Católica Romana, é importante que esta procure partir do pluralismo que reconhece em si mesma para um aprofundamento de suas relações com as igrejas dela separadas. O significado histórico-teológico das ruturas e cismas, a recuperação da unidade, após e através deles, mas jamais sem eles e como a simples restauração do passado, eis o que a todos compete realizar e o que sugerimos que a Assembléia de Puebla considere.

2. Eclesialidade e Ministério

A Igreja é essencialmente uma comunidade na qual se articula e manifesta o povo de Deus em razão de uma explícita profissão de Fé no Cristo. E é precisamente no seu ser que se realiza o seu ministério fundamental. Entretanto, este ministério, desde a forma primordial do testemunho (Lc 24.4; At 1.8; 2.32; 3.15; 5.32; 10.39; 13.31; 22.15; etc.), pede a mediação do discurso e do diálogo e pede de um modo orgânico. Com isto tomam forma os serviços mais ou menos especializados que a história eclesiástica revela e que ela desenvolve. Deste ponto de vista, a consideração dos ministérios especiais deve fazer-se a partir e à luz do ministério fundamental e de sua forma primordial. No momento presente e, em especial, na América Latina, a forma, o alcance e a competência dos vários ministérios estão em questão e é de máxima importância que não se perca de vista o que lhes dá unidade e fundamento. Assim, é indispensável rever a totalidade do ministério em exercício, não partindo do que neste é mais especializado, mas do que é fundamento de todos. Não se justificaria, portanto, elaborar um catálogo de competência que principiasse pelo ministério dos bispos no que tem de especial, para

chegar até a consideração do ministério comum, mesmo porque tal ordem de consideração pouco mais poderia do que conservar o que já existe. Ao contrário, só uma nova e, o quanto possível, mais lúcida consciência das exigências presentes do ministério fundamental e de sua forma primordial poderão libertar as antigas formas de serviço de suas contaminações históricas e liberar formas novas e já latentes, reassumindo e renovando o elemento democrático coessencial à própria eclesialidade.

Deste mesmo ponto de vista, pode e deve ser considerado o problema da institucionalidade da Igreja. Sem dúvida, desde o Novo Testamento se vislumbra o institucional no eclesial, o que autoriza o juízo que afirma a relação de inerência entre o institucional e o eclesial, mas é só com muita cautela que se pode afirmar a consubstancialidade entre a Igreja e a instituição. Com efeito, se esta expressão se assume em sua significação puramente analítica e segundo o rigor do vocabulário escolástico, o pensamento teológico se precipita no mais rígido e fechado idealismo. O que se sugere, é, portanto, que se parta do ser histórico da Igreja e neste se pense o caráter necessário, mas igualmente histórico e, por isso, móvel e mesmo versátil, das formas institucionais. Uma tal posição aparece-nos melhor, não só porque teologicamente mais sólida, mas também porque mais capaz de assumir com realismo modelos eclesiásticos tais que efetivamente a história os pode reconhecer. Entre as vantagens que ela pode trazer ao pensamento teológico, realçamos aqui apenas a de permitir uma afirmação mais compreensiva da transcendência do eclesial sobre o institucional, sem a necessidade de idealizações fixistas que tão somente dissolvem a mediação salutar do humano proclamado pela Fé cristã. Encarar o humano em continuidade de comunhão com o Cristo na missão do Espírito é certamente a via mais capaz de levar a consciência cristã a encarnar na história, geração após geração. Afastar-se disto pode perfeitamente degenerar na pior das idolatrias: a idolatria do próprio passado.

3. Igreja e Sociedade na América Latina

Encarnada, histórica, dialogante, a Igreja tem por interlocutor total a própria sociedade latino-americana. Ora, este interlocutor se põe distante dela tanto a um título extrínseco quanto intrínseco, isto é, ele não lhe é apenas exterior, mas também interior. Esta verdade se torna transparente se se considera que as mesmas classes que compõem a sociedade, no

continente como em todo o mundo, coexistem dentro da Igreja e tendem a observar nela relações recíprocas semelhantes às que travam na existência social geral. Nesse sentido, a Igreja está constantemente tentada a refletir a sociedade em que emerge e — sendo esta uma sociedade de classes — a se estruturar a partir destas. Este estruturar-se se manifesta de modo particular na organização dos ministérios especiais, que não só tendem a tomar, mas efetivamente têm tomado a forma de uma rígida e mesmo monárquica hierarquia. Por outro lado, é a Igreja, em princípio, uma instância autônoma, mesmo em relação ao Estado. Com isto, ela possui, em relação a si mesma, a possibilidade sempre aberta de encaminhar a superação de todas as formas que, oriundas da história, lhe apareçam incompatíveis com o seu próprio conceito. Em outros termos, do seu próprio interior, em um movimento de permanente autocrítica, de “krisis”, pode ela empreender a superação das dominações que nela própria se tenham instalado e, com isto, assumir uma postura profética perante a história. Entretanto, este poder não é assinalado por nenhum rígido determinismo; donde a necessidade de aqueles que nela têm voz, antes mesmo ou no ato de a emprestarem aos que não a têm, assumirem a missão de denunciar, em si mesmos e em seu meio, os males que lhes cabe denunciar em todos os níveis.

Um tal espírito e uma tal missão ousamos esperar dos bispos reunidos em Puebla. Antes de tudo, tem a Igreja latino-americana a responsabilidade de julgar suas próprias elites. Sem dúvida, este julgamento não pode transformar-se no inútil reflexo de um complexo de culpa: não se trata jamais de pretender que a história pudesse ter sido totalmente outra. A Igreja não poderia dispensar-se de uma considerável organicidade e não poderia igualmente criar do nada as suas formas e instituições. Mas isto não a dispensa tampouco de encarar de modo crítico as contradições que encontra em seu seio e de se perguntar se a existência de elites nela — elites, às quais cabe o saber e o governo, como clero ou como laicato — não tem sua razão de ser em sua homogeneidade com a sociedade civil, que também assim se estrutura. Habitualmente, diz-se que as reformas eclesiais, por exemplo as do Vaticano II e de Medellín, atingiram primeiro as elites para, depois, através destas, se refletirem sobre a massa. Ora, é sempre possível pensar que tais reformas atingiram as elites precisamente porque foram feitas por ela e para ela. De qualquer maneira, importa sempre determinar a razão, o fundamento, a justeza de subsistirem na Igreja certas discriminações e contradições que de forma alguma são indiferentes à sua coerência consigo

mesma. É só na medida em que se chegar a uma consciência suficientemente depurada, capaz de um juízo sobre os seus próprios valores, que a Igreja poderá dar ao seu testemunho a respeito da América Latina, a forma de uma palavra autorizada e de um juízo sobre a justiça, condição de todo o juízo no que concerne ao Continente.

Uma última questão cabe ainda sob o presente título. De tudo o que se tem depreendido dever ser a missão da Igreja, pode-se inferir que esta se abre à totalidade dos problemas humanos. Pode-se repetir mesmo como lugar comum que, sendo ela humana, nada de humano lhe é estranho. Em verdade, trata-se de muito mais do que de um simples lugar-comum; trata-se de uma coerente decorrência de sua profissão de Fé no Cristo (Jo 1; Hb 1. etc.). Com isto, no caso que nos toca, abre-se o testemunho eclesial à totalidade da problemática latino-americana, fato que tem como contrapartida o risco de se incidir em projetos de uma nova cristandade. Este risco aparece nos projetos dos que pretendem que a Igreja assuma, face aos descaminhos de nossos dias, a posição de vanguardeira de uma nova civilização. Isto pode fazer-se de modo manifesto, como ocorre nos integrismos, ou dissimulado, quando se pretende que, sem compromissos com arquétipos passados, compete à Igreja inspirar uma nova ordem social e política, na condição de uma espécie quase-tutora da sociedade. Esta forma de anacronismo é menos rara do que parece e denota a ignorância de quais sejam os agentes formadores da sociedade contemporânea. De outro lado, não se trata de assumir a consciência infeliz dos que se penitenciam por tudo o que foi a antiga cristandade, como se fosse possível superá-la sem passar através dela. Enfim, é ainda necessário reagir contra o espiritualismo desencarnado dos que pretendem que a Igreja se recolha à sacristia. Contra estas falsas concepções da missão da Igreja, importa fazer valer o ministério primordial, emitindo, em linguagem concreta, um juízo claro e preciso sobre as exigências da justiça.

4. O Testemunho Eclesial da América Latina

O testemunho eclesial defronta, concretamente, com as discriminações que, da esfera econômica à política, têm deixado profundas marcas no homem latino-americano. Em primeiro momento saltam aos olhos as discriminações de ordem

econômica, já tantas vezes denunciadas por documentos eclesiásticos de várias procedências. Não basta tão somente reiterar tais denúncias: a simples subsistência e mesmo o agravamento das desigualdades, após todas elas, exige algo mais, uma radicalização, digo, radicalidade maior. É indispensável levar a crítica a esta ordem fundamental de injustiças até suas últimas conseqüências, como já o fizeram alguns documentos officiosos de bispos, particularmente no Brasil. É indispensável ir às raízes do mal e não tratar a desigual distribuição dos bens mais radicais como uma simples questão de boa vontade: procurar a boa vontade em um status quo inteiramente regido pelo interesse, pelo lucro, pela lei da acumulação máxima, é procurá-la em vão, é permitir que ela degenera em simples abstração. O que se deve questionar é que se pode aceitar uma ordem fundada na privatização de determinados bens e, em relação a isto, via de regra, os documentos eclesiásticos tergi-versam.

Ora, a realidade latino-americana é uma viva demonstração das conseqüências concretas da discriminação econômica, hoje erigida em sistema: é toda a sociedade que se organiza a partir dela e o homem passa a ser, em escala universal, função e não agente da produção. Em outros termos, a sua produção é dirigida contra seus próprios interesses e necessidades. Reduzido à mais ínfima das condições, ele sofre a mais eficiente repressão quando se insurge. Não é segredo para ninguém que, nos derradeiros quinze anos, esta repressão se articulou institucionalmente a um nível político. De tudo isto, o primeiro Documento de Consulta falou e até mesmo com um certo pormenor. Mas as suas categorias foram as de um culturalismo neutralista quase universalmente rejeitado nos círculos católico-romanos e ecumênicos do Brasil. Em sua linguagem, a privatização dos bens de produção e a sociedade de classes parecem quase irrelevantes; as soluções que se encaminharam praticamente não tocaram nas coordenadas do sistema econômico, social e político. Tomamos a liberdade de advertir que não podemos concordar com um tal neutralismo nem aceitar que se lhe contraponha um humanismo tão somente abstrato. Determinados problemas exigem soluções de sua própria ordem ou de ordem mais fundamental e é inútil perder-se em abstrações. Nesse sentido, surpreendeu-nos que o documento se detivesse em criticar o “pragmatismo liberal de origem protestante” e o “marxismo” — de resto reduzidos a proposições simplesmente abstratas, — para depois contrapor-lhes soluções que pecaram por uma leitura descaracterizante da realidade latino-americana. No que a isto respeita, seria indispensável

que todos os participantes da Assembléia recebessem, em tempo hábil, subsídios concernentes à realidade latino-americana, do econômico ao religioso, preparados "ad hoc" ou já existentes, que deverão primar por uma rigorosa fundamentação teórica, tanto quanto por um efetivo conhecimento dos respectivos objetos. Caso contrário, o testemunho que se espera da Assembléia pode dissolver-se em algumas fórmulas simplesmente vazias.

Na linguagem que as igrejas vêm falando mais recentemente, estes problemas se põem em termos de direitos humanos. Também esta expressão pode adquirir, em especial por seu reiterado uso, uma acepção abstrata: nesse sentido, impõe-se sempre um considerável rigor crítico em sua utilização. É importante enfatizar que o direito à vida, tanto quanto os direitos à liberdade plena e à comunidade dos bens materiais e culturais são indissociáveis. As agressões que se fazem a eles não são simples acidentes históricos, lamentáveis abusos desta ou daquela autoridade. Eles se inscrevem coerentemente na lógica do sistema em vigor. Atacá-los é, pois, atacar o sistema. Donde a coerência dos defensores do sistema quando acusam de subversivos os que o atacam. Nas origens da violência que se faz ao homem não está simplesmente a perda mais ou menos freqüente de controle por parte dos chamados agentes da repressão. Está a própria repressão como ação sistemática e, por detrás desta, está a ordem instituída, o sistema. Seria, com efeito, impossível defender os seus interesses contra a massa colossal dos que são por ele oprimidos, respeitando os restritos limites da honorabilidade e da humanidade burguesas. É-lhe necessário admitir a violência e mesmo racionalizá-la. Primeiro, admiti-la, depois racionalizá-la; a última fase é sempre posterior, mas já se divisa o seu albor na América Latina e a consciência eclesial não a pode perder de vista, pois são muitos os requintes com os quais se dissimula. Não basta, portanto, ante as violações dos direitos humanos, uma atitude de horror; é necessário uma ação organizada e permanente.

Todavia, não poderá a Igreja, no exercício do seu ministério, atingir o seu escopo sem que a sua consciência questione também a seu próprio respeito. Neste sentido, é necessário ir bem além do documento de consulta, na crítica do passado histórico do catolicismo na América Latina. Certamente, houve méritos, prestaram-se serviços, mas houve, também, erros culposos, quicá dolosos, equívocos inevitáveis, e, é inelutável reconhecê-lo, não só porque há responsabilidades em jogo, mas também porque a própria superação de sua cons-

ciência de si e da sua missão o exige. Antes de tudo, ao se divisarem os liames do esforço missionário com o colonialismo e a importação de modelos tanto das origens quanto da romanização, o que importa é superar-se para estar à altura da missão a ser cumprida hoje: e isto se impõe, mesmo quando no passado, as coisas não poderiam ser ou ter sido de outro modo. E esta seria certamente uma forma superior de realizar o que o passado não pôde porque os campos não estavam alvos para a colheita (Jo 4.35).

5. Conclusão

São estas as questões que sugerimos à reflexão da Assembléia de Puebla. Dela esperamos uma catolicidade aberta, uma teologia dinâmica, presente a toda a escala da experiência humana. Nesse sentido, a sua vida e a sua forma são essencialmente dialéticas, congêntas do real, cujas contradições não a podem surpreender. Entre estas, as contradições do humano, sob as formas do econômico, do social, do político e do religioso, têm que ser assumidas com todo o rigor. Ora, determina este rigor que a Igreja tome como fio condutor os seus próprios antagonismos, tanto os que a opõem às demais igrejas, quanto os que se travam em seu próprio meio. No que diz respeito aos primeiros, importa-lhe assumir uma postura fundamentalmente ecumênica, o que implica o reconhecimento de que o cristianismo não se realiza somente sob a forma do catolicismo romano, o que exige uma compreensão adequada do fato teológico consistente na coexistência de igrejas particulares que não subsistem sob a unidades da mesma denominação, mormente se se admite que as relações que travam entre si não são em tudo e, mesmo, não são no fundamental, as de uma recíproca excomunhão.

Todavia, feito isto, importa considerar com igual atenção os antagonismos que se travam dentro do próprio catolicismo romano. Entre estes, avultam as contradições que refletem a própria sociedade em meio à qual ela se constitui, isto é, as contradições de suas classes sociais. Tivemos ocasião de aludir a este problema e a um outro que se sustenta perfeitamente bem dentro de uma sociedade de classes: o problema consistente no

caráter rigidamente hierárquico do catolicismo. Diante destes problemas, não se pode permanecer passivo: a ausência quase total de um processo democrático na organização interna da Igreja Católica, em especial no que concerne às relações entre povo e clero, é, nela, o que há de menos aceitável para o homem contemporâneo. Além disso, a própria "razão de eclesialidade", compreendida como unidade de iguais, exige que se travem relações democráticas, não permitindo a própria história — que nos atesta pertencerem tais relações às tradições do catolicismo — que se projete toda a perfeição para a escatologia. Sem dúvida, reconhecemos as dificuldades concretas, tanto de se altarem pesadas estruturas herdadas de um passado compacto, quanto de realizar, em qualquer esfera e, não apenas na religiosa, uma democracia que seja mais do que uma simples abstração. Mas não nos parece que a Igreja possa adiar uma decisão a respeito. Ao contrário, é por ela que importa encadear a superação do seu particularismo mais próprio, para chegar àquele juízo, àquela "krisis" que lhe é exigida por seu próprio ministério primordial.

Bispo Metodista

Íala da

III Assembléia

Bispo da Primeira (historicamente) Região da Igreja Metodista do Brasil — 146 igrejas organizadas, 220 comunidades ao todo, 106 pastores, uma das seis regiões mais um campo geral de trabalho no Norte — Paulo Ayres de Mattos é conhecido nos meios eclesiásticos brasileiros. Desde sua presença como pastor das igrejas metodistas de Cabo Frio e Central de Niterói que, paralelamente, vem exercendo funções de relevo em nosso Centro de Documentação e Informação. Por outro lado, a sua atuação em congressos, encontros, seminários o tornou conhecido e muito entre os sul-americanos, europeus e outros.

Com toda essa projeção não deixou de ser o nosso companheiro de reflexão que ele anima sempre com sua cultura, agudeza crítica e segurança de raciocínio. Sempre indispensável em nossos encontros e bate-papos pelo conhecimento de causa e consciência lúcida que possui.

Nesta contribuição do CEI a uma assembléia sul-americana de bispos católicos romanos, fazia falta a palavra de um bispo não-católico. Decidimos conversar com ele. Em nossa conversa deixamos de lado os títulos, preferindo o “você” da intimidade de que sempre desfrutamos e de que não nos pretendemos separar apesar de títulos, honrarias e funções elevadas. Uma conversa com o companheiro de sempre.

CEI — Em termos internacionais, Paulo, as Regiões Eclesiásticas da Igreja Metodista do Brasil estão ligadas a outras fora do País?

PAM — A Igreja Metodista participa de três conselhos internacionais: dois metodistas e um ecumênico. Participa do Conselho Latino-americano de Igrejas Metodistas (CIEMAL), do Conselho Mundial Metodista e do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

CEI — O CIEMAL tem uma sede fixa?

PAM — Não, o CIEMAL não tem uma sede. Eu sou o presidente; o Rev. Mortimer Arias da Bolívia é o secretário executivo; Margarita Grassi do Uruguai é a vice-presidente; e o pastor Ulisses Hernandez do México é o secretário.

1. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CEI — Você tem conhecimento de que se está formando, aqui no Brasil, um Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, certamente. O que nos pode adiantar?

PAM — A organização do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, sem dúvida, será o ponto de chegada de conversações que já se desenvolvem há três anos. Recentemente se realizou, aqui no Rio, o sexto encontro, estando marcado outro para o final deste ano. As igrejas que participam neste momento são a Metodista, a Católica, a Episcopal, a Evangélica de Confissão Luterana e duas Reformadas, a de origem holandesa e a Cristã Reformada de origem húngara. Já se estabeleceu, nas conversações, o anteprojeto de base constitutiva. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já a aprovou oficialmente, na última reunião de Itaici; a Igreja Metodista vai apreciar a matéria agora, em julho; a Igreja Luterana, em outubro e as duas Igrejas Reformadas no final de junho. Possivelmente, dentro de um ano, já haverá condições para se formar o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

CEI — Para esse Conselho Nacional de Igrejas serão convidadas outras confissões que não as mencionadas?

PAM — Já têm sido convidadas outras igrejas: a Luterana do Brasil, pertencente ao Sínodo Missouri, que esteve participando até agora, no último encontro, porém, não esteve representada; a Aliança Reformada de São Paulo, formada por um grupo de Igrejas dissidentes da Igreja Presbiteriana do Brasil e da Igreja Presbiteriana Independente; a Igreja

Pentecostal “O Brasil para Cristo” que ainda não participou de nenhuma dessas reuniões; e também foram convidadas e não participaram de nenhuma reunião as igrejas ortodoxas do Brasil. No entanto, na base constitutiva diz-se que este Conselho de Igrejas está aberto a todas as que aceitam a base, isto é, confessam Jesus Cristo como Senhor e Deus.

2. Observadores Protestantes em Puebla

CEI — Paulo, vamos falar da Conferência Episcopal Latino-americana que se vai reunir em Puebla. Este é o motivo principal de nossa conversa. Estamos sabendo que você foi indicado a fim de participar dessa Assembléia como bispo protestante. Que nos diz sobre as possibilidades que se abrem diante de tal perspectiva?

PAM — Primeiramente será necessário esclarecer os caminhos e os processos através dos quais o meu nome foi escolhido entre os bispos metodistas da América Latina para ir a Puebla. O CIEMAL a que me referi, é o único corpo denominacional, protestante, continental que existe em toda a América Latina que se formou há alguns anos atrás, originárias a maioria dessas Igrejas das missões latino-americanas da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos, e que, depois de sua independência e da sua autonomia, resolveram manter um laço de cooperação fraternal. O CIEMAL estabeleceu já há alguns anos um relacionamento com a Conferência Episcopal Latino-americana; criou-se uma comissão mista que tem desenvolvido um plano de trabalho de discussões a respeito dos assuntos comuns, tais como o batismo, eucaristia, ministério, com a participação de elementos tanto metodistas, como católicos. Agora, com a terceira Conferência Latino-americana (CELAM), em virtude desses contatos que já se desenvolveram por alguns anos, a direção do CIEMAL recebeu de CELAM um convite para que enviasse, dentre os bispos metodistas na América Latina, um representante para participar na Conferência de Puebla. A assembléia do CIEMAL, a assembléia geral, que se reúne de cinco em cinco anos, no princípio deste mês de maio esteve reunida em São José da Costa Rica, e lá o meu nome foi escolhido para ser o representante dos bispos metodistas à reunião de Puebla, sendo que, como suplente, ficou o bispo Federico Pagura, da Igreja Metodista da Argentina. Portanto, eu não recebi um convite em meu nome pessoal, eu fui indicado numa eleição do corpo representativo das Igrejas Metodistas na América Latina. Esta eleição necessita, ainda, receber a aprovação da Santa Sé, do Vaticano.

CEI — De qualquer forma, temos que convir que representa um privilégio. . .

PAM — Certo, essa é a segunda parte da questão. Os critérios que foram levados em consideração para a escolha dos bispos, tanto o titular como o suplente, nessa representação das Igrejas Metodistas a Puebla, foram os critérios de que os bispos escolhidos deveriam ter um mínimo de conhecimento da atual situação da Igreja Católica na América Latina e que já mantivessem certos contatos com grupos e autoridades católicas latino-americanas. Então, a comissão responsável pelas indicações, decidiu-se pelo meu nome e pelo do bispo Pagura, levou-os ao plenário e o plenário decidiu-se pela sua ratificação. O que me parece importante neste convite, que o CIEMAL recebeu, é que não foi simplesmente um convite protocolar diplomático, feito a um outro órgão religioso, mas nasceu de um convívio estabelecido já há algum tempo entre as Igrejas Católica e Metodista na América Latina a partir de uma reflexão em conjunto, tanto sobre questões teológicas, como sobre o significado da presença das igrejas no contexto latino-americano. Isso nos fez respeitar uns aos outros, de tal forma que eu considero um acontecimento inédito e de grande significado, o fato de bispos evangélicos protestantes terem sido convidados para estarem presentes numa conferência católica latino-americana. É o fruto da participação que estas duas igrejas têm mantido em diversos países da América Latina ao lado de situações conflitivas que os nossos povos vivem. É claro que, do ponto de vista pessoal, eu me considero bastante feliz em ter a possibilidade de participar da Assembléia de Puebla, representando os bispos metodistas, não só por causa da presença da confissão metodista, mas especialmente a partir de um compromisso que cada dia vai se explicitando mais em nossas igrejas, a favor daqueles setores latino-americanos que ainda vivem praticamente numa situação sub-humana; quer dizer, um convívio em torno de questões tanto de significado teológico, como de significado pastoral.

CEI — Paulo, a gente fica feliz de ouvir esse crescimento da Igreja, e também a gente constata que tudo isso é fruto das Igrejas e da Igreja Católica. Certamente que o CELAM lhe fez esse convite no espírito conciliar e ecumênico. Não conhecemos o regimento da próxima conferência mas, no seu entender, você vai participar lá, na qualidade de observador, ou participa com voz e voto, se integra no coração da conferência, ou ali estará apenas para ouvir e depois nos trazer os resultados?

PAM — A gente tem que notar que o convite para o observador metodista estar presente lá no CELAM, em termos de América Latina é inusitado. Só existem exemplos como o caso do concílio Vaticano II, para o qual foram convidados observadores protestantes. Também aqui no Brasil, já se tem tornado comum a participação de presenças protestantes junto às assembléias da CNBB. Mas, em termos de América Latina, é a primeira vez que isso se dá. Como essa Conferência Episcopal de Puebla tem grande importância dentro do contexto católico romano da América Latina, é claro que existem procedimentos que determinam os trabalhos da conferência, e é evidente que um bispo protestante não seria convidado a ter voz e voto numa conferência destas. Ele é um observador. Eu creio que um bispo protestante numa conferência assim, nesse papel, certamente poderá expressar as suas opiniões e sugestões em trabalhos de grupo, em trabalhos de comissões, mas, eu creio, que em plenário, isso não será possível porque afinal a assembléia é de bispos católicos romanos. Ainda não se chegou ao ponto de celebrar uma conferência ecumênica de bispos cristãos na América Latina. Quem sabe, no futuro...

CEI — Mesmo assim, participando de grupos e conhecedor que é da realidade latino-americana, você já se está preparando para essa conferência. Deve estar examinando documentos e também preparando-se a partir de sua Igreja, e reunindo documentos. Gostaríamos de saber, frente aos documentos básicos que estão aí, como está sendo tratada a problemática do povo, a que atinge o homem do campo, o trabalhador rural, o trabalhador urbano, o homem que está aí inserido na construção civil, na indústria. Na sua opinião os documentos introduzem uma reflexão nesse sentido ou há vazios que devem ser preenchidos?

PAM — As Igrejas Metodistas já participaram de dois encontros em que se consideraram os rumos da conferência de Puebla: a reunião das Igrejas membros do Conselho Mundial de Igrejas, em Lima, em novembro do ano passado, e a reunião mais recente do CIEMAL na Costa Rica. As Igrejas Metodistas manifestaram, — em Lima, com outras Igrejas, e em Costa Rica, em seu próprio nome — a certeza de que a Conferência de Puebla vai ratificar e avançar a linha que a Conferência de Medellín tomou com respeito ao compromisso, à responsabilidade que as Igrejas na América Latina têm diante da situação dos povos de nosso Continente, na sua totalidade sofrendo momentos muito difíceis. Em ambas as oportunidades, as Igrejas Metodistas deixaram bem claro que é sua esperança ver este compromisso ao lado dos oprimidos ser

mantido pela Conferência de Puebla e que, de forma alguma, tal compromisso seja descaracterizado ou desfigurado por suas decisões. Estes pronunciamentos protestantes não significam uma intervenção da Igreja Protestante nos negócios internos da Igreja Católica, mas, nasce de uma convicção daquilo que os próprios fatos e a palavra de Deus nos está indicando ser a caminhada das Igrejas na América Latina. Ora, a partir daí, desse compromisso com os setores marginalizados, oprimidos das sociedades latino-americanas, eu creio que os documentos preparatórios para Puebla, de uma certa forma, foram documentos que apresentaram deficiências e lacunas. A discussão motivada, tanto no Brasil como em outros países, e também fora até da América Latina, já levou a grupos de prelados, de leigos, de sacerdotes e pastores, a expressarem seu pensamento com respeito a essas lacunas, reclamando que a Conferência de Puebla se manifeste a respeito dos aspectos que não foram abordados ou tratados adequadamente pelos documentos preparatórios. Pronunciamentos oficiais, como os Documentos de Itaiçi (CNBB), procuram corrigir essas lacunas e aspectos que foram, ou desconsiderados, ou descuidados na preparação dos documentos de consulta. Se a gente realmente pretende levar a sério a linha de trabalho que a Igreja Católica, em amplos setores, em toda a América Latina, adotou a partir de Medellín, é certo que a Conferência de Puebla não poderá silenciar, e não poderá deixar de levar em consideração uma pastoral que vise atender aos clamores e às reivindicações dos setores operários e camponeses.

3. O Caminho da Igreja na América Latina

CEI — Você está falando aqui em Puebla, mas, Puebla, na Igreja da América Latina significa um acontecimento dentro de uma marcha, dentro de um processo. E dentro dessa marcha, dentro dessa linha, essa posição da Igreja tem trazido alguma tensão com o Estado. Tem trazido tensão porque, de certa forma, ela está se metendo em questões que envolvem assuntos políticos, assuntos econômicos, assuntos sociais, como o problema do salário, da anistia, da repressão, da segurança nacional etc. Você como vê a situação dessa caminhada da Igreja e essa tensão com o Estado e os diversos países da América Latina?

PAM — O caminhar da Igreja na América Latina experimentou momentos diferentes nestes últimos vinte e cinco

anos. Por volta do final da década de cinquenta, grupos protestantes em diversos países da América Latina — especialmente aqueles grupos que estavam recebendo uma outra formação, que não a formação das Igrejas Protestantes na América Latina — reclamavam de suas igrejas, um assumir mais responsável daquilo que na época se dizia ser a mensagem social do Evangelho, a responsabilidade social da Igreja; inclusive se fez presente aqui em nosso País na Confederação Evangélica do Brasil, com o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, do qual participaram diversos elementos da atual equipe do CEI. Esses setores das Igrejas Evangélicas, no começo da década de sessenta, reclamavam que a Igreja assumisse um papel maior nas questões sócio-econômico-políticas dos países latino-americanos. É claro que, em grande parte, essas posições estavam nutridas já dentro do próprio movimento ecumênico, já que o Conselho Mundial de Igrejas, quando é fundado em 1948, ainda sob o impacto da II guerra Mundial, que retardou por 10 anos a sua organização, demonstrou uma forte preocupação pelas questões sociais, econômicas e políticas, porque incorporava, em seu seio, o movimento de vida e trabalho, um movimento ecumênico que se preocupa fundamentalmente com o testemunho cristão no meio da sociedade.

Esses grupos na América Latina, na década de sessenta, protestantes, prestaram uma colaboração às Igrejas, o que, de uma certa forma, fez com que essas Igrejas se tornassem conscientes da situação que os povos latino-americanos enfrentavam. Essa tomada de consciência não foi fácil e ela foi sempre muito conflitiva; grupos inteiros permaneciam nas posições tradicionais, evitando assumir qualquer compromisso mais claro, mais definido em favor das lutas dos setores populares latino-americanos. Ora, lembramos que nessa mesma época a Igreja Católica está passando por um processo de transformação bastante profundo com o Concílio Vaticano II. É a época do pontificado de João XXIII. O concílio Vaticano II vai abrir novas pistas para a ação da Igreja Católica no mundo. Na América Latina, essa atitude, esse compromisso mais claro com a realidade terrena vai se fazer sentir de maneira bastante explícita na Conferência de Medellín. Todo esse período que vai do Concílio Vaticano II até Medellín, é a gestação de uma nova situação para a Igreja na América Latina, a Igreja Católica Romana...

PAM — Essa gestação de um novo posicionamento da Igreja Católica diante da realidade latino-americana, se dá ao mesmo tempo em que a América Latina começa a experimentar uma série sucessiva de pronunciamentos militares que fazem com que a democracia liberal entre em colapso paulatinamente em praticamente todos os países do Continente. É claro que à medida em que a Igreja se aproxima mais do povo e os regimes na América Latina passavam paulatinamente a adotar políticas antipopulares, o confronto entre a Igreja Católica e alguns setores das Igrejas protestantes e o Estado, se tornasse quase que inevitável (É preciso que se diga aqui que a maioria das Igrejas Protestantes, na América Latina, e também em outros continentes, têm apoiado os golpes militares, infelizmente. . .). É verdade que essa trajetória da Igreja, numa direção diferente daquela que a maioria dos países latino-americanos passavam a experimentar, colocou em oposição esses setores mais conscientes, e que foram mais sensíveis à renovação conciliar, em conflito com as autoridades.

4. As Conquistas Irreversíveis da Igreja são do Povo

CEI — Medellín foi para todos nós e para todo o mundo um acontecimento novo que se abriu, e uma esperança também para todos os sacerdotes e povo. As experiências nos dizem que Medellín foi o ponto de partida para o arranque novo da Igreja latino-americana. Agora, pelos jornais, pelas revistas e por contatos pessoais, percebem-se duas grandes tendências no interior do episcopado. Há uma de grupos de bispos que querem recuar, quase desconhecendo Medellín, e outra de grupos que defendem e reafirmam Medellín. Na sua opinião acredita que em Puebla pode acontecer um recuo do processo aberto há dez anos atrás?

PAM — A situação interna do episcopado católico romano, na América Latina, tem sido alvo dessas considerações todas, e algumas pessoas, inclusive alguns críticos, alguns comentaristas, chegam a afirmar que essa tendência de se reformular ou, — como alguns dizem — até mesmo de desconhecer Medellín, estaria expressa no documento básico, no documento preparatório da Conferência de Puebla. Entretanto, eu creio que — como as igrejas protestantes e metodistas já se pronunciaram em duas ocasiões — nós precisamos e devemos manter a esperança de que Puebla, de forma alguma, vai significar um recuo ou um desconhecimento da caminhada que foi tão bem caracterizada pelas decisões de Medellín. Creio

que essa marcha que as Igrejas na América Latina vêm empreendendo, diversos setores da Igreja Católica de maneira bastante consciente, também alguns setores nas Igrejas Evangélicas que compartilham deste mesmo compromisso, não sofrerá essa marcha qualquer ameaça de recuo. Creio que se deve exatamente esperar que Puebla vai significar uma ratificação da trajetória empreendida por setores das igrejas, especialmente por aqueles mais ligados às necessidades dos povos latino-americanos.

CEI — Há questões irreversíveis...

PAM — Acredito que há conquistas irreversíveis que não são somente conquistas da Igreja, mas são conquistas do povo, acima de tudo. Então, essas conquistas, sendo conquistas não da Igreja mas do povo, não podem ser desconhecidas e ignoradas, muito pelo contrário, elas têm que ser ratificadas, e, inclusive, devem ser fortalecidas tais posições que ao largo destes anos têm sido obtidas em toda a América Latina, em meio a tanta opressão, repressão e sofrimento.

CEI — E como os evangélicos vêm essa caminhada? Porque você está falando da caminhada do povo, da Igreja Católica. Quais as expectativas dos evangélicos desde essa caminhada e o significado de Puebla?

PAM — É forçoso reconhecer que os evangélicos na América Latina se compõem de inúmeros grupos diferentes, com posições bastante divergentes a respeito de muita coisa ou a respeito de quase tudo. É claro que os setores mais tradicionais das Igrejas Evangélicas têm visto sempre qualquer relacionamento com a Igreja Católica com muita reserva. Não gostaria de tratar como os evangélicos, como um todo, vêm essa caminhada em direção ao povo, às necessidades do povo, às reivindicações do povo, que setores cristãos na América têm aprendido; eu gostaria de ver isso tratado como uma posição tomada por outros setores evangélicos. A maioria dos evangélicos latino-americanos vêm com suspeita todo e qualquer acontecimento que ocorra dentro da Igreja Católica. Acusam que estas mudanças são meramente táticas, e que, no fundo, a Igreja Católica continua a mesma, pois não passou por nenhum processo genuíno de transformação; muito pelo contrário, toda essa renovação, inclusive as posições mais abertas ao diálogo ecumênico, é consequência unicamente do medo que a Igreja Católica nutre profundamente pelo comunismo e avanço das igrejas protestantes. Seria, então, a partir desse medo, que a Igreja Católica estaria procurando revisar, na aparência, a sua maneira de ser e agir. Para esses grupos mais

conservadores das Igrejas Evangélicas, portanto, toda essa atitude da Igreja Católica em assumir uma posição a favor das reivindicações democráticas e populares, seria a maneira também da Igreja Católica enfrentar não só o comunismo mas também o avanço das Igrejas Protestantes e que tem criado problemas e dificuldades muito grandes para ela em toda a América Latina. São exatamente estes grupos evangélicos conservadores, anticatólicos, que têm aprovado as ditaduras militares. Eu diria que um setor não muito grande das Igrejas Evangélicas, especialmente setores presentes nas Igrejas Metodistas, Luteranas, em algumas Igrejas Presbiterianas, raro nas Igrejas Batistas, raro nas Igrejas Pentecostais, é que mantém uma atitude de simpatia e solidariedade para com as posições que a Igreja Católica tem mostrado ao assumir um compromisso mais direto com os reclamos populares. Esses grupos que vêm com muita simpatia e até mesmo se tornam solidários neste compromisso, é claro que esperam — como já foi manifestado pela reunião das Igrejas, membros do CMI já em Lima e também pela Assembléia das Igrejas Metodistas em Costa Rica — que este compromisso com os setores oprimidos na América Latina seja não só ratificado, mas que cresça a partir da Conferência de Puebla.

5. O Conflito entre as Duas Espadas

CEI — Paulo, qual seria a sua reflexão frente a todas essas tensões que se criam, de que a Igreja não deve se meter no social, de que a Igreja não deve conscientizar, de que a Igreja fazendo isso está subvertendo a ordem e de que, enfim, está quase desafiada a ser podada na sua missão (de ordem divina), inclusive, culpando-a de criar repressões, assustar o povo com isso; teria, você, alguma reflexão a fazer no sentido de animação da fé?

PAM — O conflito entre as duas espadas não é um conflito novo: entre a espada do Estado e a Palavra de Deus; ele é conflito bastante antigo. Já no próprio Novo Testamento, na Igreja primitiva, a gente encontra tal conflito. Não é novo. Sempre que a Igreja tem procurado ser fiel ao chamado que o seu Senhor lhe faz, ela tem enfrentado situações bastante adversas e perseguições, e torturas, e mortes. E, aonde a Igreja foi fiel ao seu Senhor — e ela é fiel à medida em que diz que importa antes obedecer a Deus do que aos homens, e assume como lema ser fiel até a morte, isto é, a Igreja que não teme a morte — onde isso se deu, ela foi uma Igreja que entrou em

conflito aberto com os poderosos deste mundo. Ora, a Igreja tem vivido momentos de tranqüilidade e até mesmo de uma certa respeitabilidade mudana, quando se tem acomodado aos poderosos deste mundo, pois fica, não ao lado dos despojados do poder, mas ao lado dos poderosos e, portanto, vive em paz e tranqüilidade. Isso também já foi sentido lá na Igreja primitiva: o próprio livro de Apocalipse mostra algumas igrejas que se tornaram acomodadas aos poderosos deste tempo, deste mundo e, portanto, renunciaram à fé. Igrejas mornas, Igrejas compromissadas com os nicolaítas, aqueles que passaram a prestar culto a Diana dos efésios, e coisas desse tipo. Ora, a Igreja na América Latina e em quase todo o mundo (pode-se assim dizer) durante séculos, tem realmente estado mais ao lado dos poderosos, do que dos fracos; dos opressores, do que dos oprimidos. Toda vez em que se coloca ao lado dos setores que marcham na direção do verdadeiro futuro da humanidade, de uma certa forma, aqueles que fizeram esta opção, a partir do Evangelho foram esmagados tanto pelo braço secular, como pelo braço religioso. Possivelmente, grande parte de grupos cristãos considerados heréticos, tinham mais o sentido da história do que os próprios setores oficiais em algumas épocas. Isso mesmo aconteceu com a Reforma Luterana, quando Lutero fica ao lado dos nobres e contra os pobres na Revolta Camponesa da Alemanha, no século XVI, chegando mesmo a defender a legitimidade dos príncipes esmagarem violentamente a revolta. Isso tem acontecido em diversas épocas. Diante disto, nós cristãos, somos confrontados com a realidade de que o nosso compromisso com Cristo e sua Igreja passa por uma fidelidade também à causa daqueles que sofrem, daqueles que são oprimidos, daqueles que no mundo de hoje são completamente marginalizados e que, à custa de seu trabalho, e do seu esforço, e de tudo aquilo que eles são, afinal de contas, constroem esta sociedade em que vivemos sem, contudo, terem o direito de participar com justiça, do fruto do seu próprio trabalho.

É claro que, nesse sentido, a Bíblia nos alerta para tal situação de injustiça e o compromisso cristão com esta luta é muito reforçado por diversos textos. Tiago nos diz que a fé sem obras é morta, e que os salários dos trabalhadores que têm ceifado os campos têm sido usurpados por outros, e que o clamor desses trabalhadores tem chegado até Deus, numa alusão muito próxima aos clamores do povo cativo no Egito. A partir daí, eu creio que os setores cristãos que estão realmente comprometidos com essa luta, devem não desanimar, mas devem enfrentar as ameaças, os perigos e todas as circunstâncias

adversas que se colocam diante da caminhada do povo, como um preço que tais setores cristãos têm que pagar por sua fidelidade à Palavra de Deus, na luta em favor da justiça. E graças a Deus que a América Latina tem presenciado inúmeros testemunhos cristãos que não têm traído essa luta, inclusive com o preço de suas próprias vidas.

6. A Caminhada da Igreja Vista de Fora

CEI — Nós até agora temos falado do que a Igreja pensa a respeito de Puebla, do que os evangélicos vêm com referência a essa caminhada. Mas afinal, sem ser a Igreja, sem serem os evangélicos, como é que esta sociedade latino-americana e outros setores, hoje olha a Igreja? Como, por exemplo os operários, os trabalhadores rurais, setores da classe média, estudantes vêm a Igreja? Não queremos que você diga como a Igreja se vê, mas como é que acha que os outros setores da sociedade vêm a Igreja nessa caminhada?

FAM — Acho que essa é uma questão difícil para eu responder, porque não pertencço a tais setores. O que se pode dizer é inferido do relacionamento com eles, captando as manifestações deles com respeito à Igreja. A experiência latino-americana parte de um fato que, do ponto de vista histórico, é inquestionável. É que, dentre os povos do terceiro mundo, certamente a América Latina é a parte desse terceiro mundo mais fortemente influenciada pelo cristianismo. A verdade é que esse cristianismo foi diversificado: a Igreja Católica mais tradicional, ligada à Igreja do tempo em que os países latino-americanos eram colônias de Portugal e de Espanha; a Igreja Católica a partir da reforma do século passado, aquilo que alguns historiadores têm denominado de romanização da Igreja Católica na América Latina; a Igreja Católica após Medellín. As igrejas protestantes, por outro lado, na maioria originárias de trabalhos evangélicos dos Estados Unidos, e a eles ligados de forma indireta. Levando-se em consideração toda essa diversidade da presença do Cristianismo na América Latina, temos que reconhecer que nosso Continente é, do terceiro mundo, o que mais tem sentido a influência cristã, do Cristianismo.

A experiência histórica mais recente da América Latina, nos tem mostrado que a presença da Igreja não precisa ser necessariamente uma presença que signifique um compromisso com a exploração e a dominação de nossos povos. É verdade que grande parte dessa nossa experiência no passado mostra uma igreja ao lado dos poderosos, dos exploradores, entretanto,

nestes últimos anos trágicos pelos quais a América Latina tem passado, é forçoso reconhecer-se que as igrejas cristãs e especialmente a Igreja Católica — através de pronunciamentos de seus mais altos dirigentes, de reuniões de sínodos, de conferências episcopais, de movimentos de leigos (especialmente naquelas dioceses em que o trabalho se tem desenvolvido nas Comunidades de Base) — essa Igreja latino-americana tem assumido um compromisso mais definitivo, mais significativo ao lado dos oprimidos e dos explorados. Esse fato nos ajuda a supor, a imaginar que tais grupos, vítimas que foram da violenta repressão que tomou conta de todos os países de nosso Continente nestes últimos anos, encontraram, em setores amplos da Igreja, aliados que ajudaram a defender os interesses dos mais atingidos pela repressão. Ora, se essa experiência de engajamento sacrificial, de compromisso ao lado dos perseguidos, torturados, daqueles que foram mortos e daqueles que desapareceram ajudou a Igreja a conhecer mais de perto o sofrimento do povo, por outro lado, também ajudou esses setores da sociedade a conhecerem mais de perto um aspecto da Igreja que lhes era desconhecido. Ajudou-os a perceberem uma dimensão da mensagem do Evangelho que não lhes era conhecida, a dimensão libertadora do Evangelho que leva os cristãos a estarem ao lado não dos poderosos, mas daqueles grupos que a linguagem bíblica diz que estão despojados do poder e da força dominante.

Creio que se pode portanto afirmar, em decorrência desta experiência da Igreja na sua opção em favor dos pobres, dos oprimidos, que os setores da sociedade que têm sido atingidos de uma forma ou de outra pela repressão ou pela exploração que existe em toda a América Latina, vêem hoje a Igreja, especialmente desses cristãos que lutam a seu lado, com grande respeito os vêem, como pessoas que estão caminhando lado a lado na direção de um futuro onde poderemos ter realmente uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna e — por isso mesmo — mais cristã.

DOCUMENTO***Subsídios para Puebla —******Documento de Itaici***

Os Bispos do Brasil esperam de Puebla que saiba assumir a realidade da América Latina, sobretudo em sua evolução nos últimos dez anos: partindo de Medellín e mantendo o seu espírito, que saiba discernir esta realidade à luz do Evangelho e que saiba indicar corajosamente pistas para a caminhada pastoral futura.

Como subsídios para esta tarefa, registram aqui as reflexões da Assembléia Geral Extraordinária realizada em Itaici, São Paulo, de 18 a 25 de abril de 1978.

1. ENFOQUES DA REALIDADE**LATINO-AMERICANA**

Na realidade latino-americana discernimos os elementos e aspectos que julgamos devem ser levados em conta na elaboração de um diagnóstico global do continente.

1.1 Do Ponto de Vista Eclesial

A situação eclesial apresenta aspectos negativos e positivos. Entre os aspectos negativos chamamos a atenção para a situação de uma Igreja que não se sente ainda suficientemente preparada para enfrentar os problemas da civilização urbana e industrial que geram as megalópoles. A estrutura paroquial, embora ainda válida, vem revelando inadequação para evangelizar esses grandes centros urbanos, onde os meios de comunicação social exercem grande influência frequentemente conflitante com a mensagem do Evangelho e superam em eficácia o magistério da Igreja.

A Igreja se ressentida da expansão do secularismo, do ateísmo, atingindo mais as famílias e da expansão de ideologias anticristãs, para resistir às quais faltou adequada formação da consciência crítica. Em certas áreas, aprofunda-se a dicotomia entre fé e vida.

O impacto dessas ideologias gerou divergências internas na Igreja por parte de figuras do clero e das elites intelectuais.

As classes médias e altas, nas grandes cidades, revelam um certo descompromisso com o social. Ao lado disto observa-se em todas as classes, sobretudo na população menos assistida, um êxodo para o espiritismo, as religiões esotéricas e orientais e certas seitas proselitistas.

A reação pastoral da Igreja a essa situação encontra obstáculos sérios. Urge descobrir criativamente formas de comunhão eclesial adequadas à evangelização da cidade, onde o tipo de relacionamento interpessoal não oferece as mesmas chances às CEBs como no mundo rural. Por vezes, a ação social desenvolvida pela Igreja em apoio à sua ação pastoral é confundida com subversão e serviço ao comunismo.

A imagem de uma Igreja ligada aos poderes opressores, em passado ainda recente, reduziu sua credibilidade evangelizadora. A Igreja não conseguiu dar sempre um testemunho bastante convincente de pobreza e profetismo.

Uma ação pastoral muitas vezes reduzida quase que a um simples processo de sacramentalização sem preocupação pelo acompanhamento e inserção comunitária teve como reação uma perigosa desvalorização da participação sacramental, máxime da penitência, do matrimônio, da eucaristia e talvez até do batismo.

A Igreja da América Latina é uma Igreja ainda dependente de recursos humanos e materiais para a evangelização.

62 | Observa-se pouco conhecimento da Doutrina Social da Igreja, a não ser por parte de especialistas. O povo em geral

ignora mesmo os documentos da Igreja, os quais não lhe são suficientemente comunicados.

A eclesiologia que se vem elaborando na América Latina ainda se revela mais vivencial que sistemática.

Uma renovação da Liturgia mal entendida, em alguns ambientes, levou a uma perda de preciosas formas de expressão da religiosidade popular. Tal perda é uma das causas do fenômeno de sincretismo religioso.

O sentimento religioso do povo é pouco esclarecido e envolvido em formas de sincretismo. Não discerne bem entre Providência e fatalismo, entre culto autêntico e cultos sincréticos. As devoções têm caráter sentimentalista. Deus é apreendido como o Deus providente, o solucionador de casos, o último recurso do pobre. Deus, nos meios mais urbanizados e intelectualizados, se reduz a um conceito distante, nacional, objeto de manipulações, desvinculado da realidade. Não é anunciado como aquele que se revela através da própria História.

De outro lado, os agentes de pastoral — seja levados pela ignorância dos valores da religiosidade popular, seja impulsionados por certo racionalismo teológico — impuseram aos fiéis uma pastoral de cursos e reflexões que dificulta a manifestação de sua religiosidade, favorecendo sua passagem para outras religiões.

Entre os aspectos positivos registra-se a situação de uma Igreja que, mais voltada para o povo e mais preocupada com os simples, soube assumir posições proféticas, que lhe mereceram perseguições, ao mesmo tempo que a glória de seus primeiros mártires. Neste contexto, é de assinalar-se que se destacaram figuras proféticas no episcopado e entre os religiosos e os leigos.

Essa Igreja soube abrir mão de privilégios tradicionais, ganhando assim maior liberdade ante as forças econômicas e políticas e podendo estabelecer uma ligação maior entre evangelização e mudança social, por um maior espírito de serviço, especialmente no anúncio e em defesa dos Direitos Humanos e com base na denúncia de suas violações.

A comunhão interna da Igreja exprime-se mais claramente em estruturas visíveis: CELAM, Conferências Episcopais e Religiosas, Conselhos Presbiteriais e Paroquiais, articulação de Igrejas-irmãs, Conselho Indigenista Missionário.

As CEBs tornam-se valiosa realidade na vida do homem e das comunidades, pela vivência, testemunho e ação nas dimensões religiosas e social.

Renova-se a vida litúrgica da Igreja, sua vida de oração e contemplação. Cresce nela a consciência da presença do Espírito Santo em sua vida, com expansão dos movimentos

carismáticos. As Igrejas particulares foram revalorizadas na diversidade dos seus carismas.

Assiste-se ao surgimento de novos ministérios, novos tipos de missões, com a valorização de expressões, gestos e símbolos próprios do povo. Cresce a valorização do laicato, com aceitação maior de seu trabalho e a corresponsabilidade dos seus membros mais conscientes.

A Igreja pode desenvolver assim uma pastoral mais abrangente, com a expansão dos círculos bíblicos, formação de agentes de pastoral, reciclagem de seus membros mesmo bispos, além de presbíteros e líderes leigos, com um crescente número de comunidades religiosas mais inseridas nos planos de pastoral de conjunto e na realidade do povo, vivendo entre ele em pequenas comunidades.

Expande-se uma catequese mais atenta à situação envolvente, em todos os níveis: geradora e formadora da fé; educadora da consciência moral e do senso crítico; formadora do espírito comunitário e do compromisso social.

A Igreja se abriu mais para os MCS e foi mais aceita por eles. A palavra da hierarquia, os pronunciamentos nacionais e diocesanos encontraram maior ressonância mesmo em setores não-confessionais. A Igreja tornou-se notícia.

Crescem as iniciativas de caráter ecumênico e ampliaram-se as formas de cooperação entre as Igrejas cristãs.

A juventude, muito suscetível ao valor da autenticidade, reage diante de certos contra testemunhos da Igreja, mas descobre novamente o valor da vocação sacerdotal e religiosa, dando esperanças para o futuro.

Desenvolve-se um pensamento teológico original latino-americano, graças ao esforço de novos teólogos fazendo teologia a partir da realidade, preocupando-se com a justiça social e a Igreja de base.

1.2 Do Ponto de Vista Sócio-político-econômico

Observa-se no continente latino-americano uma exacerbação do conflito: opressores e oprimidos, devida a uma situação de gritante iniquidade social.

Acentuou-se a injustiça na repartição da terra pela pressão exercida por grandes empresas sobre os que a ocupam e dela tiram os meios de sua subsistência, incentivando a proletarianização do homem rural. Aos mecanismos de pressão dessas

empresas some-se a criminosa política agrária de alguns países sul-americanos, que ameaçam a sobrevivência da pequena propriedade rural, trabalhada em regime de economia familiar.

Essa pressão vem atingindo também as populações indígenas, dizimadas progressivamente pela redução de suas reservas, pelas migrações forçadas, pelo contágio com as frentes de expansão do capitalismo agrário que acaba por absorvê-las como mão-de-obra indefesa e facilmente explorada.

A iníqua repartição das rendas vem propiciando um perigoso afrontamento das classes sociais. Enquanto, por um lado, uma minoria pode permitir-se padrões requintados de consumo, por outro, a grande maioria dos marginalizados se extenua na luta pela sobrevivência. É na América Latina que se encontram os países de mais amplo leque de dispersão salarial, que constitui o mais grave escândalo social de um continente que é tido por cristão.

A posse dos meios de produção concentrou-se nas mãos de grupos poderosos, ou do Estado, ao mesmo tempo em que se acelerou a desnacionalização das economias nacionais pelo domínio crescente das multinacionais.

Uma boa parte dos problemas de nossas cidades vem das relações de trabalho, fruto desta concentração do poder econômico e a conseqüente exploração dos trabalhadores, cuja vida familiar e social são condicionadas pelo salário baixíssimo que recebem.

Esses diversos fenômenos propiciaram, em certos meios, o crescimento da receptividade à mensagem marxista e os levaram a buscar em suas teorias os instrumentos para interpretar a realidade, e em seus métodos, a estratégia para transformá-la.

Aumentam as concentrações urbanas a um ritmo acelerado pelas migrações de grandes contingentes humanos através do êxodo rural. Criaram-se assim problemas que ameaçam de colapso as próprias megalópoles. Entre esses problemas, destacam-se a extensão da favelização, sitiando as cidades a partir de suas periferias, a política de remoção das favelas, exacerbando o problema da segregação dos pobres e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência.

Aumentam também os movimentos de migração interna, problematizando a família e, muitas vezes, sua futura instalação em outra região e normalmente a possibilidade de trabalho.

O contexto urbano vem criando condições sempre mais adversas ao desenvolvimento normal das famílias. O problema habitacional assume graves proporções, com suas soluções

frustradas pela desenfreada especulação imobiliária, absorvendo, para construções de alto luxo, recursos de programas habitacionais inadequados.

Uma alarmante difusão do uso dos tóxicos vem corrompendo especialmente a juventude. Essa difusão, explorada por máfias organizadas, gera novas formas de crime e de terror e, por suas ramificações em todas as classes sociais, torna ineficazes as veleidades de combatê-la.

Cresce em proporções assustadoras o problema do menor abandonado, provocando, entre outras conseqüências, o aumento da promiscuidade e dos índices de criminalidade juvenil.

A situação e injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei, gozando de omissão, complacência ou cumplicidade dos poderes e gerando reações desesperadas que oferecem pretextos para repressões mais violentas.

A dinâmica desse processo incentiva a multiplicação das violações dos mais elementares direitos humanos: invasão de domicílios, seqüestros, banimentos, desaparecimentos de pessoas indefesas, prisões arbitrárias, supressão do habeas-corpus, incomunicabilidade abusiva, torturas e mortes.

Pelo surgimento de regimes militares, os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela doutrina da Segurança Nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações.

Tal processo é facilitado pela manipulação oficial dos meios de comunicação e da educação que perdem sua significação libertadora, para transformarem-se em processos de instrumentalização das pessoas a serviço dos objetivos do desenvolvimento econômico.

A América Latina vem perdendo sua oportunidade histórica de realizar um modelo justo e humano de desenvolvimento, sucumbindo às seduções do consumismo e alienando sua liberdade política nas mãos de uma tecnocracia que reduz as pessoas a números de cálculos de uma engenharia social e suprime os espaços de liberdade das entidades intermediárias: família, instituições, associações, sindicatos. . .

Os esforços do continente, por libertar-se de sua condição secular de dependência, são ameaçados de fracasso pelas articulações trilaterais dos pólos de dominação tendentes a transformar o subdesenvolvimento de uma fase transitória de um processo em uma função permanente e tolerável de um sistema global.

A cultura latinoamericana distingue-se da espanhola e portuguesa; não se esqueçam os elementos indígenas e africanos que a marcaram, promovendo um estudo acurado para discernir os valores nelas existentes e respeitando-os em nossa convivência continental; nesse contexto assumem importância especial o sincretismo de Umbanda e os cultos afro-brasileiros.

Ainda não se encontrou uma resposta latino-americana satisfatória sobre a preservação das culturas e a aceitação da cultura mundial de hoje: continua em aberto a pergunta de como criar consciência crítica e integrar novos valores.

A Igreja ganhará muito em credibilidade, se der maior ênfase ao tema de religiosidade popular a partir de uma opção pelo pobre. Sua resposta deve bastar-se na realidade do continente, situando-se em seu contexto histórico e não importando esquemas interpretativos de contextos históricos muito diferentes.

Entre os valores mais expressivos da cultura latino-americana ressaltam-se os seguintes: religiosidade popular, família, relacionamento interpessoal, hospitalidade, bondade, compreensão, perdão, capacidade de sofrer e de lutar, capacidade de assimilar habilidades técnicas.

Observa-se também um amálgama de contra-valores decorrentes da segregação racial, do poderio econômico e político.

Existe uma verdadeira violentação da heterogeneidade de culturas: pelos MCS e pelo consumismo que nivelam as culturas e levam à cultura de massa; pela expansão de subculturas de cunho religioso e pela pressão que favorece a implantação estratégica de uma sociedade de consumo.

A marginalização cultural do povo traz conseqüências sérias para a vida da fé e para a convivência social; e a marginalização da mulher, que ainda aparece em nosso continente, debilita a vitalidade construtora da sociedade e da Igreja.

Apesar de a Igreja atingir parcialmente certos núcleos de cultura do povo mais humilde (escola, culto etc.), falta-lhe metodologia para responder às necessidades das expressões culturais; verifica-se um processo evolutivo na tentativa de respostas, mas os valores que existem nas camadas populares ainda não são aproveitados.

Observa-se também que alguns setores abusam do título "cultura cristã na América Latina" para defenderem a manutenção do "status quo" da sociedade, esvaziando e instrumentalizando a palavra "cristã".

No enfoque da realidade latino-americana, é indispensável integrar os diversos sintomas numa referência a suas causas profundas: opção por um capitalismo dirigido pela tecnocracia, sem atenção ao valor da pessoa humana e seus direitos; opção por regimes de força como única alternativa para manter a ordem; visão míope de um dualismo irredutível entre capitalismo e comunismo, como se não fosse possível ser anticapitalista sem ser comunista.

2. ELEMENTOS PARA JULGAR ESSA REALIDADE

2.1 Quanto à Igreja

Para julgar a realidade latino-americana à luz da Palavra, alguns elementos devem ser colocados em destaque: a Igreja quer viver um momento intenso de testemunho de fé, de proclamação da Graça do Cristo que dê testemunho de solidariedade entre seus membros. Assim quer tornar-se visível como sinal de comunhão entre as pessoas.

Dada a vocação original do homem todo para filho de Deus e por conseguinte sua destinação à comunhão de vida com Deus e participação de sua felicidade, toda a situação negativa, acima descrita, deve ser caracterizada pela marca de pecado, isto é, de uma situação que ofende a Deus pelo fato de contrariar à dignidade do homem como filho de Deus, e por isso não pode ser justificada e muito menos mantida.

A comunhão com o Pai fará dela um instrumento de conversão dos homens para a união, onde cada membro possa chegar à participação ativa e à corresponsabilidade através de organismos eficazes.

Pela convivência assumida de modo prático e sempre novo, a Igreja será vista como sinal e instrumento de salvação e poderá educar os homens neste continente para a autêntica solidariedade, vencendo todas as formas de injustiça, dentro e fora dela.

A Igreja, solidária, sinal e instrumento de comunhão no meio do povo, superará qualquer vinculação a sistemas ou regimes de opressão. Assumindo sua missão de serviço aos homens, em especial pelo compromisso claro de estar ao lado dos pobres e oprimidos, mantendo-se aberta a todas as classes sociais, a Igreja dará testemunho de sua atenção às necessidades da pessoa humana em todas as suas dimensões.

Povo de Deus em marcha, todos os membros da Igreja participam da mesma aventura, mas animados pela esperança da libertação. A fé na Palavra daquele que passou fazendo o bem, sofreu, morreu e ressuscitou, suscita no íntimo de cada cristão, o espírito de serviço que compromete a todos e a cada um no processo de luta pela superação dos sofrimentos, da miséria, da pobreza, da injustiça, da opressão de qualquer tipo.

Neste sentido, a própria Igreja — para ser autenticamente evangélica — deverá superar as discriminações internas.

As funções dos bispos, dos presbíteros, dos diversos ministérios e dos leigos, serão sempre distintas. Melhor definida, porém, de modo prático e concreto, a missão dos pastores não lhes confere títulos de honra e de privilégios, mas de serviço.

Assim a Igreja se apresentará ao Pai e diante dos homens como os “filhos reunidos com Cristo, pela força do Espírito Santo”.

Unida na mesma fraternidade, a Igreja deve diversificar os ministérios, não segundo padrões pré-estabelecidos, mas segundo o impulso do Espírito, de acordo com as necessidades das comunidades em diferentes situações. A diversidade de dons e carismas dará à Igreja uma, a multiforme capacidade de servir com disponibilidade, eficácia e despojamento.

Na América Latina, as CEBs e muitas outras formas de convivência eclesial estão a exigir uma especificação e preparo mais adequado dos bispos, presbíteros e diáconos, para o exercício de sua função. Mas vai além a necessidade de nossas situações: a criatividade sugerirá o reexame crítico dos atuais modelos de ministros e o aparecimento de novos ministérios que, por sua vez, reclamarão processo de amadurecimento na fé e consciência eclesial, bem como verdadeira aceitação por parte da hierarquia e das comunidades.

A Igreja particular, com suas características e fisionomia próprias, não pode perder de vista a transcendência da fé e da unidade visível com as demais igrejas, marco central do cristianismo.

No anúncio do Evangelho, na defesa corajosa dos direitos humanos, na encarnação que faz assumir a pessoa humana em suas circunstâncias concretas, é preciso que a Igreja viva o dinamismo da conversão para a unidade, sem fechamento nem particularismo.

O autêntico espírito evangélico faz da Igreja sinal e instrumento da salvação, reveladora do sentido libertador da fé, face aos acontecimentos e aos sinais dos tempos. Por outro lado, ela denuncia toda imagem de igreja dominadora, imbuída de espírito clericalista, identificado muitas vezes com a hierarquia, e coloca em relevo seu compromisso com a Histó-

ria e com o povo. Em particular, se compromete com as comunidades que se reúnem para a escuta da Palavra e, sob o impulso do Espírito, encarnam a fé viva nos fatos de cada dia, celebrando-os na comunhão com o mistério do Cristo.

2.2 Quanto à Cristologia

O caminhar do povo de Deus está marcado pela passagem de Jesus de Nazaré que entra no mundo e entra na casa dos pecadores. Isto significa que ele assume as situações reais do homem nas circunstâncias em que este vive. Suas atitudes concretas sempre foram de libertação de situações concretas.

Cristo libertador é o profeta que coloca gestos com que o doente, o marginalizado, as crianças e toda pessoa, sob qualquer forma de abandono, deixam de viver na marginalidade e passam a fazer parte de um povo. A Igreja da América Latina, seguidora do Cristo que convive com a gente de seu tempo, sabe e deve assumir as condições da pobreza, do perseguido, do marginalizado, como causa própria para identificar-se com ele.

O Cristo, morto e ressuscitado, está vivo e presente na história de todos os tempos, sobretudo pela Igreja, que é seu sacramento de ação salvadora. Está do mesmo modo presente na pessoa humana, máxime no pobre, pois veio para dar a plenitude de vida.

O mesmo Jesus, dom do Pai à humanidade para libertá-la, continua oferecendo-se como propiciação pelos nossos pecados e vive intercedendo por nós.

A Eucaristia é a realidade e a proclamação do Cristo sempre presente.

O Cristo que viveu a condição humana, profeta morto e ressuscitado, convoca a sua Igreja que prolonga seu corpo no tempo e no espaço. Ele integra, como membros seus, cada ser humano, de qualquer raça e condição. Cada homem encarna em si a imagem daquele que veio na fraqueza e foi dela libertado pelo Pai, a fim de fazer de cada pessoa um “filho muito amado”, escolhido para ser — pela força do Espírito — configurado com o Senhor Jesus, destinado à Ressurreição. Por isso, aqui e agora, cada ser humano já merece todo respeito.

Partindo da visão do homem, especialmente do homem sofredor, manifestação viva de Jesus, a cristologia procura iluminar mutuamente o conhecimento de Cristo, o revelador do Pai, e o conhecimento mais profundo do próprio homem.

A cristologia, como evangelização, deve anunciar o Cristo como Filho Unigênito de Deus que se faz homem para, preci-

samente, refazer o homem como filho de Deus, unindo-o a si e fazendo-o viver de sua vida de ressuscitado, vencendo o pecado em toda a sua extensão individual e social.

2.3 Quanto à Liturgia

A liturgia, centro e cume da vida eclesial, deve ser a fonte de toda e qualquer evangelização. A vida do homem do campo, da periferia, dos centros urbanos, vivida na fé e na esperança, se caracteriza pelo sofrimento que necessita de libertação e de novas perspectivas.

Cristo, homem morto e filho de Deus, ressuscitado pelo poder do Espírito, tornar-se-á motivo de força e de ânimo para o povo em marcha.

O mistério pascal que a liturgia apresenta em sinais, é a história do homem de todos os tempos. Não basta que os ritos façam menção do Jesus histórico. É preciso que a realidade do mistério se aproxime concretamente da realidade vivida pelo homem de hoje, que os gestos, símbolos e palavras revelem a situação das comunidades e ao mesmo tempo sejam reconhecidos como expressão do mistério.

A união do mistério e da situação do homem de hoje é que proclama a glória de Deus e a libertação do homem. Celebrar significa, pois, colocar em harmonia o homem em situação e a esperança do Reino que se prepara.

Assim como a evangelização é indispensável para que os sinais litúrgicos expressem o mistério celebrado, assim a liturgia se apresenta como modo prático e concreto de manifestar os aspectos da vida cotidiana assumida pelo Cristo.

2.4 Quanto à Evangelização

A pessoa humana, centro de toda ação apostólica e destinatária da evangelização, é de fato o ponto de partida da encarnação da liturgia. Ignorar a situação do homem é também ignorar o caminho para o conhecimento de Deus.

A tarefa de evangelizar, pelo testemunho e pelo anúncio, deve levar a pessoa humana e os grupos sociais:

- a tomar consciência de sua dignidade e da situação em que se encontram;
- a comprometer-se na renovação de sua vida e da sociedade, segundo os valores evangélicos, através da vivência e da solidariedade humana e da participação na comunhão eclesial (cf. E.N., n.º 14);

- a buscar uma libertação que ultrapasse todos os limites temporais e que tenha sua plena realização na comunhão com Deus (cf. E.N., n.º 27);
- a manifestar sua ação em todas as dimensões do MANDAMENTO NOVO, que é um amor inteligente e crítico (cf. E.N., n.º 38).

A teologia da comunhão dá sentido, força e rumo à teologia da libertação: libertar integralmente para a plena comunhão da vida fraterna dos homens entre si e comunhão filial dos homens com Deus Pai.

Toda evangelização libertadora é, por isso, também transformadora do mundo em que a pessoa humana vive e se realiza. É próprio da índole secular que o leigo exerça uma ação de presença num mundo contaminado pelo pecado, para recriá-lo, segundo o desígnio de Deus. A salvação situa-se no plano da própria criação.

A formação da consciência missionária é indispensável. Quem não alimenta o anseio de salvar o “homem todo” estaria alienado. Mas a consciência de libertar “todos os homens” é também parte integrante da evangelização. Ser missionário e tornar-se apóstolo das nações é condição do cristão.

É impossível evangelizar sem admitir atitude aberta de chegar-se a cada pessoa como Deus o fez e a história o situou. O culto e crescimento de fé que parassem num afeto à Igreja católica, sem despertar para a dimensão missionária, seriam atitudes de homem religioso, e não de cristão.

A Igreja deve anunciar ao homem de hoje que ele é, por desígnio divino, filho de Deus, com todos os seus valores materiais e espirituais, nas dimensões de comunhão com Deus, com o outro, consigo mesmo e com as coisas criadas (GS. 13).

A religiosidade popular e a peculiar devoção a Maria são elementos importantes para a vida de fé do povo latino-americano e brasileiro. Todo crescimento na educação da fé deve levar em conta esses dados. Ser homem religioso e não ter chegado a uma fé evangelizante esclarecida é a situação freqüente do homem em nosso continente. Portanto, o respeito e o estudo da religiosidade são condições indispensáveis à evangelização do homem na América Latina.

Quando se trata de ações concretas, dentro de uma visão ecumênica, não se deve perguntar a que igreja pertence o outro, mas se deve verificar se esse outro está aberto à pessoa humana e se aceita o princípio doutrinal de que a libertação do homem é tarefa de todos.

Jesus Cristo — Deus que se fez peregrino da história — se situou no centro da mesma história. Sua ação evangelizadora e a da sua Igreja visam construir o Reino de Deus. A Igreja quer construir o reino e evidenciar que Jesus, o Homem-Deus, deve ser o centro da história.

O Reino de Deus, embora não seja deste mundo, é força que exige realizações concretas dentro dos modelos reais históricos deste mundo.

Pode em nossa história ambígua até gerar conflitos duros.

O Reino de Deus é virtude.

O Senhor Jesus, Servidor do Pai e dos homens, veio servir.

A Igreja é Servidora da Palavra e do Reino de Deus.

Construir o Reino exige ter “paciência” com o pecador, inclusive o opressor.

Construir o Reino é vislumbrar a glória do Pai, que está no céu.

3. SUGESTÕES PARA A AÇÃO EVANGELIZADORA

Depois de alguns enfoques de nossa realidade latino-americana e de alguns elementos para julgá-la, apresentamos algumas sugestões para uma AÇÃO EVANGELIZADORA da IGREJA na AMÉRICA LATINA.

Sugerem-se, pois, diversas iniciativas:

3.1 Vida da Igreja

Continue a Ação Evangelizadora da Igreja na América Latina à luz do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín, da Exortação Evangelii Nuntiandi, de Documentos dos Episcopados latino-americanos, como “Exigências cristãs de uma ordem política” reforçando-se desta forma a unidade pastoral da Igreja no continente.

Desdobre-se a ação pastoral no anúncio da Boa Nova, na denúncia das injustiças, na convocação dos batizados para assumirem suas próprias responsabilidades como povo de Deus.

Prossiga-se o aprofundamento das CEBs, da Evangelização libertadora, de um pensamento teológico original; de uma Igreja de fraternidade, participação e diálogo, descomprometida com sistemas, regimes e ideologias e encarnada nas características próprias de sua originalidade latino-americana; de uma opção prioritária, mas não excludente, pelos pobres e oprimidos.

Encaminhe-se o estudo sobre temas que criam perplexidades e tensões. Entre estes, a teologia da libertação; a proble-

mática da evangelização das elites, dos grupos de influência, das classes média e alta e da pastoral castrense; a evangelização dos que se afastam da Igreja e dos que vivem em condições públicas de pecado; a invasão de seitas anticristãs e do sincretismo religioso; o problema de radicalizações dentro e fora da Igreja; a temática do regime de cristandade e da Igreja em diáspora; o problema da "análise marxista" em seu valor, seu método e seu uso; a função social da propriedade no campo e na cidade; a temática do socialismo; capitalismo liberal e luta de classes; segurança nacional, sociedade de consumo; a distinção entre poder e autoridade, dentro e fora da Igreja; a exigência de uma catequese e uma liturgia mais adaptadas à mentalidade e às expressões culturais do povo; a religiosidade popular com todos os seus valores e seus problemas; a convivência da Igreja com os vários sistemas da sociedade, salvaguardando os princípios do Evangelho.

Preocupa-se a Igreja com as várias culturas na evangelização, na liturgia, na pastoral e na formação de agentes ordenados e não ordenados.

Face ao continuado processo de marginalização e extinção dos índios no Brasil, a Igreja vem procurando atuar junto a eles uma pastoral que visa os seguintes objetivos:

- A defesa da posse de suas terras como condição de sua sobrevivência cultural e física.
- Respeito pela sua cultura e seus valores.
- Encarnação na sua realidade, identificando-se com eles como forma de explicitar com eles a salvação que vem de Cristo.
- Incentivo e apoio às formas de busca e concretização de sua autodeterminação.

Proceda-se a uma revisão crítica das obras da Igreja na sua eficácia evangelizadora, com atenção especial à problemática da Escola Católica.

Assuma-se a Religiosidade Popular com todos os seus valores e expressões culturais do povo.

Sendo a liturgia cume e fonte da vida de Igreja, prossiga-se à autêntica renovação litúrgica do continente, levando em consideração especial documentos de importância litúrgica, próprios da América Latina, como os do I e II Encontros Latino-americanos de Medellín e de Caracas, além da carta especial enviada pelo Cardeal Secretário de Estado aos participantes do Encontro de Caracas.

Valorize-se na América Latina a importância, para a Evangelização, da Liturgia de Rádio e TV.

Desenvolva-se uma catequese educadora permanente da fé, mais atinente à situação envolvente, capaz de firmar a cons-

ciência moral, o senso crítico, o espírito comunitário e o compromisso social.

Os Pastores incluem em suas diversas tarefas pastorais o promover a participação do povo de Deus, particularmente do leigo, que tem seu lugar e seu papel próprios na Igreja e no mundo.

Quanto aos presbíteros, acredita-se que, no presente e no futuro, a figura do presbítero, cooperador imediato do ministério episcopal, seja fundamental na Igreja. Proclame-se a significação eclesial do presbítero, fiel à sua vocação e à sua atitude de serviço ao seu povo e à conseqüente promoção de vocações que continuem seu trabalho.

Analise-se a situação dos que deixaram o ministério e estude-se a possibilidade do aparecimento, num futuro próximo, de um novo tipo de presbítero, surgido da própria comunidade, sem exigências de uma longa preparação acadêmica.

Considerando a carência de presbíteros e a necessidade espiritual das pequenas comunidades, examine-se a possibilidade de ordenação presbiterial de homens casados, que se recomendam por sua vida cristã e liderança apostólica na sua própria comunidade.

Dê-se especial atenção aos ministérios eclesiais, ordenados e não ordenados, como solução para os problemas das comunidades. Isto envolve o surgimento e a promoção dos novos ministérios, a valorização particular dos ministérios leigos e a formação dos agentes, a partir da realidade latino-americana.

Estudem-se também as possibilidades pastorais do ministério diaconal auxiliar do ministério do Bispo e de seu presbítero, a serviço da Igreja.

Valorizem-se as grandes tendências da vida religiosa quanto à evangelização. Amplie-se o campo da atuação apostólica com deslocamentos para novos espaços geográficos e sociais mais pobres. Formem-se comunidades mais evangélicas pelo compromisso de oração, pessoal e comunitária, estilo de convivência mais fraterna; simplifiquem-se as suas estruturas e suas formas de vida; sejam mais evangelizadoras, atentas às necessidades do contexto, inseridas nas igrejas locais, reinterpretadoras e carisma, que evangelizem pelo Testemunho da fé e do amor e pelo compromisso com a justiça. Haja certa desinstitucionalização das atividades apostólicas. Integrem-se mais os Religiosos na Pastoral Orgânica das Igrejas Particulares. Haja trabalhos pastorais, assumidos por grupos intercongregacionais.

Aclare-se mais o julgar e a missão do leigo na Igreja e no mundo.

Em particular:

Descubra-se a vocação cristã de cada líder a fim de impulsioná-lo ao anúncio do Cristo Ressuscitado;

— Capacite-se o leigo para assumir a pastoral nas diversas faixas: rural, urbana, operária, universitária, jovem. Nessa formação, evite-se o perigo de sua clericalização;

— Estructurem-se mais os Movimentos de Leigos em nível diocesano e paroquial;

— Favoreça-se mais sua participação em assembleias;

— Promovam-se grupos que ajudem os leigos a viverem a “índole secular”, iluminando suas tarefas temporais à luz do Evangelho;

— Atenda-se ao papel relevante da mulher na Igreja e na sociedade;

— Atualizem-se os movimentos de Ação Católica.

3.2 Presença da Igreja no Mundo

Na construção de uma nova sociedade à luz do Evangelho tratem-se o mais diversos problemas sócio-econômico-político-culturais, particularmente os relacionados com os sistemas vigentes, o índio, o negro, o marginalizado, o oprimido, a terra, o jovem, o operário, o universitário, a família, o homem da cidade e do campo...

A presença da Igreja no mundo deve ser apresentada como a presença do fermento evangélico que procura transformar a sociedade em convivência fraterna mas de modo a que essa fraternidade se traduza em estruturas econômicas e políticas que permitam a participação de todo o povo na definição dos objetivos a serem alcançados e promovam uma justa distribuição da renda, sem privilégios.

A propósito de pastoral urbana, questione-se a própria realidade da grande cidade e dos incentivos à sua crescente expansão, uma vez que a própria vida da grande cidade constitui especial desafio à vivência cristã. Nossa ação pastoral deve partir de uma consideração da realidade da estrutura própria da cidade, que funciona como uma unidade orgânica; de outro modo será difícil evangelizar o homem urbano.

Procurem-se as causas da marginalização, evitando concentrações desumanas, causadas por imperialismos gananciosos de grupos. Denuncie-se a posse concentrada dos meios de produção, como instrumento de marginalização.

Atenda-se ao problema ecológico em suas incidências pastorais.

Incentive-se a pastoral dos Meios de Comunicação Social de maneira que se tornem veículo do pensamento social cristão.

Desperte-se a consciência do povo para o escândalo das tremendas injustiças existentes na América Latina.

Considere-se o papel das elites como fator de mudanças, sem contrapô-las às bases, para não favorecer a luta de classes. Veja-se também o ângulo de influência dos pobres na conversão dos ricos.

Atue-se junto aos grupos de influência, como intelectuais, empresários, políticos, jovens, operários, procurando pedagogicamente promover homens novos à luz do Evangelho, que assumam as mais diversas funções na sociedade.

Incentive-se a pastoral do mundo do trabalho pela criação de grupos e formação de lideranças, a fim de que, educados nos princípios do Evangelho, com o auxílio do método: ver-julgar-agir, possam inspirar a transformação da problemática social reinante e nortear a convivência nas comunidades a respeito das questões econômico-sociais. Na ação evangelizadora descubram-se e apoiem-se, em espírito de solidariedade, os seus valores autenticamente humanos e cristãos, sem violar o processo de sua caminhada histórica, cuja definição e desenvolvimento é da competência dos próprios trabalhadores.

Valorizem-se as CEBs que procuram viver toda sua vida eclesial. Questionando as macroestruturas eclesiais, elas em sua diversidade, se integram na unidade. Repercute beneficentemente sua influência no campo sócio-econômico-político, levando o povo a uma participação mais ativa e mais consciente na comunidade. Acompanhem-se as CEBs, que se têm revelado integratórias, quando a Igreja está ao lado do povo.

Promovam-se “Comissões de Justiça e Paz” em nível diocesano para serem efetivas nos problemas locais com gestos concretos, puros e motivados.

Criem-se “Centros de Defesa dos Direitos Humanos” a fim de lutarem por eles em nível nacional e internacional, e de modo ecumênico.

Apele-se às Igrejas Cristãs do Continente para, em espírito ecumênico, unirem-se num Testemunho evangelizador em favor do povo oprimido.

Criem-se Conselhos de Igrejas Cristãs em nível de nação e continente na América Latina.

Assuma a Igreja sua missão profícua com gestos concretos, enfrentando os conflitos que dividem a América Latina no que tange aos direitos humanos, à doutrina de Segurança Nacional, às radicalizações integristas e revolucionárias e ao trilateralismo.

4. SUGESTÕES DIVERSAS

4.1 Para Preparar a Assembléia

Incentive-se a participação do povo na preparação de Puebla por uma campanha de orações e por contínuas informações através de Meios de comunicação, de conferências e de homilias.

Fovoreça-se intensa participação das bases pela acolhida efetiva das contribuições dos Regionais das dioceses, como de outras entidades e grupos.

Os episcopados sejam consultados sobre os teólogos assessores a fim de evitar em Puebla rumos tendenciosos.

Destaca-se a impressão negativa causada por uma orquestração injusta e sem base, na América Latina e na Europa, contra o Documento Consulta que desencadeou um intenso processo de participação das bases.

4.2 Para Elaboração do Documento de Puebla

Que o documento não fique no plano das generalidades e da teoria, não se envolva em análises sofisticadas da realidade da América Latina e não pretenda tratar de todos os problemas.

Tome o "Evangelii Nuntiandi" como documento de referência no estilo e na forma de elaboração.

Na elaboração do documento haja presença de peritos — especialmente nas questões de Liturgia — como também de agentes de base.

Tome como destinatários:

O grande povo de Deus, em linguagem acessível, fundamentada na Bíblia.

Os agentes de pastoral numa linguagem exata e não em linguagem popular.

Na elaboração do Documento confie-se mais no discernimento dos próprios Pastores, interpretando as bases. Utilizem-se as contribuições das ciências humanas, sem entretanto assumi-las como critério decisivo.

Que o Documento tome um cunho eminentemente pastoral, sem descuidar de uma boa fundamentação teológica; não seja demasiadamente espiritualista, mas anime o Povo a Deus na sua caminhada concreta.

4.3 Para a Assembléia

Que o grande acontecimento de Puebla não sirva apenas para uma rica troca de experiências pastorais e para a elaboração de um documento, mas para a realização de alguns gestos que, só no contexto da Assembléia, podem ganhar toda a sua grandeza.

Um apelo às Igrejas dos países desenvolvidos para que assumam atitudes proféticas em face das forças e dos mecanismos de opressão.

Celebrações que manifestem a presença do povo, do trabalhador, do índio, do negro na Assembléia e a solidariedade dos pastores com eles. Tais celebrações poderão expressar ao vivo e com a participação criadora e espontânea do povo, sob a supervisão dos peritos em Liturgia, os dramas mais significativos da vida real dos grupos humanos e das populações mais marginalizadas.

Um pronunciamento enérgico de repúdio a todas as formas de violência, especialmente a institucionalizada, assumindo crítica profética dos sistemas sócio-econômico-políticos vigentes na América Latina e da situação de dependência do continente.

Um pronunciamento de repúdio às difamações e calúnias assacadas contra a Igreja e em especial contra alguns dos seus membros mais engajados na defesa do povo.

Leve-se em conta a apreensão existente em torno de diversos aspectos da Assembléia: — teme-se que o documento venha a ser manipulado por grupos radicais (conservadores ou avançados) ou que a Santa Sé lhe faça restrições, quando lhe for enviado.

Teme-se que os bispos se reúnam num clima de tensão e pressões; que seus esforços não cheguem à conclusão e que não encontrem a união ou, pelo contrário, nívem realidades diferentes no esforço de verificação.

Teme-se que a resposta de Puebla não satisfaça aos anseios e expectativas do povo da América Latina e que excessivas esperanças terminem numa grande frustração.

Teme-se unilateralidade na elaboração do documento: que haja supervalorização do social ou abandono total, que não

se leve em conta a dimensão espiritual, que haja certo abandono da catequese e da formação moral das consciências, que a atuação pastoral nos meios de influência seja subestimada, que a ação missionária não consiga destaque e que não se faça menção dos que foram seqüestrados e torturados como presos políticos.

Teme-se que a Assembléia se envolva em discussões ideológicas e intermináveis problemas a ponto de desviar a atenção da urgência de promoção e conscientização do povo e da necessidade de encontrar pistas para uma evangelização vital.

Teme-se que não se tenha presente a importância de Puebla no que diz respeito à sua repercussão nos outros continentes.

Teme-se que Medellín seja tomado como absoluto; que Medellín não seja suficientemente assumido e implementado; que se suponha que Medellín já esteja totalmente realizado; que não se tenha coragem de fazer uma profunda avaliação crítica de Medellín e dos problemas surgidos ou agravados na América Latina, depois de Medellín.

A devoção a Maria é uma constante no povo de Deus, na América Latina, sob títulos diversos. Na preparação e realização da Assembléia episcopal de Puebla, Maria está presente, como Mãe de Cristo e da Igreja. Nesta presença depositamos toda a nossa confiança de que Puebla representará um momento decisivo para a evangelização no presente e no futuro da América Latina.

Como pastores, recomendamos que, em todas as comunidades, ofereçam-se constantes preces pela III Assembléia do Episcopado Latino-americano, inclusive recitando, por ocasião da celebração Eucarística e outras, a oração composta pelo Santo Padre Paulo VI, invocando a luz do Espírito Santo sobre o importante acontecimento.

Tanto o Concílio Vaticano II, como a Assembléia de Medellin — apesar dos ataques e deformações que sofreram — despertaram positivas esperanças não só em muitas de nossas igrejas e organizações que trabalham na América Latina, senão sobretudo nessa multidão de homens e mulheres marginalizados e oprimidos que se movem em toda a extensão do nosso Continente, “desamparados e dispersos como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9.36). Esperamos e desejamos que eles sejam motivo prioritário de nossa comum preocupação e que juntos possamos trabalhar a fim de que amanheça para eles uma aurora de justiça e de paz por tanto tempo esperada.

Damos graças a Deus pelo testemunho de fé e amor, vivido em circunstâncias muito difíceis. Vossa proclamação clara do Evangelho, a defesa dos indefesos e o clamor pelos direitos dos oprimidos nos têm alentado e desafiado. Do mesmo modo queremos ser solidários com a vossa dor por tantos mártires, que, como nos primeiros tempos, continuam sendo a “semente da Igreja”.

Oferecemos nossa oração pela unidade de todos os cristãos deste Continente nos caminhos que Deus queira ir-nos mostrando “para que o mundo creia”, e nos comprometemos, na continuidade do nosso esforço, para que a oração que juntos temos aprendido a pronunciar, em muitas de nossas celebrações comuns, se faça uma realidade em nossa América: “que nos venha o teu Reino; que se faça a tua Vontade assim na terra como no céu”.

A graça de nosso Senhor Jesus Cristo esteja sempre convosco.

C A R T A

Evangélicos latino-americanos escrevem aos Bispos católicos

Ante a proximidade de uma nova Assembléia Continental do CELAM, nós, representantes de Igrejas e Organismos Ecumênicos vinculados ao Conselho Mundial de Igrejas, reunidos em Huampani, Peru, em consulta fraternal, queremos assegurar-vos que nosso pensamento e nossa oração vos acompanham.

Sabemos perfeitamente a complexidade dos problemas e situações que devereis afrontar, os perigos e tentações que devereis superar ao congregar-vos novamente em tão importante conclave, para serdes fiéis ao Evangelho e aos desafios, nos difíceis tempos que enfrentamos em nosso Continente, porque nós também, como parte do Corpo de Cristo, vivemos essas mesmas tensões e participamos de idênticas agonias. Entretanto, sabemos que, na medida em que estejamos abertos e obedientes à Palavra e ao Espírito de Cristo, não nos há de faltar sua Presença e sua Assistência. "Não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu Reino" (Lc 12.32). E: "Eis que estou convosco todos os dias até o fim do mundo" (Mt 28.20). É nossa oração que essa promessa se cumpra ao vos congregardes em seu Nome.

Por outra parte, nos permitimos recordar-vos, com toda humildade, que as esperanças de muitos milhões de irmãos neste imenso Continente estarão postas em vós e no que podeis pensar e decidir em vossa Assembléia.

(Continua na capa 3)